

João Sebastião Cardoso Azaruja

A COOPERAÇÃO ENTRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E AS BIBLIOTECAS ESCOLARES: PRÁTICAS E PERSPETIVAS DE FUTURO

Projeto de tese de doutoramento em Ciência da Informação

Fevereiro/2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PROJETO DE TESE

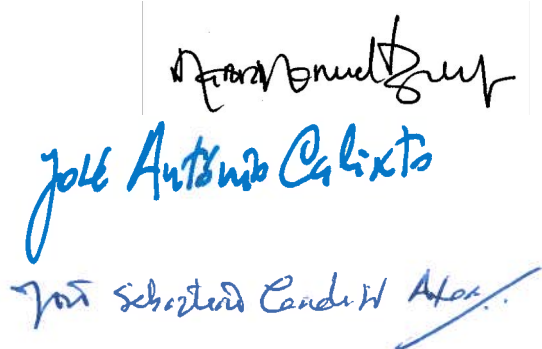
**A Cooperação entre as Bibliotecas Públicas e as
Bibliotecas Escolares: práticas e perspetivas de futuro**

João Sebastião Cardoso Azaruja

Professora Doutora Maria Manuel Borges

Doutor José António Calixto

Fevereiro de 2018



Handwritten signatures of the supervisors and author. The first signature is in black ink, the second in blue ink, and the third in black ink.

Universidade de Coimbra • Faculdade de Letras
Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação
Largo da Porta Férrea • 3004-530 Coimbra | Portugal

Resumo

Este projeto de tese investiga a cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares. Estas bibliotecas assumem um papel complementar, porque partilham públicos comuns, embora desenvolvam missões e objetivos específicos. Os Manifestos da IFLA e da UNESCO e a literatura sublinham o impacto positivo da cooperação para a formação de alunos, os futuros utilizadores das bibliotecas públicas, aptos a enfrentarem a sociedade da informação e do conhecimento.

De igual modo, a literatura destaca a importância do SABE: Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares, que pode ser um parceiro essencial para as bibliotecas escolares. As conclusões procuram obter propostas, que afirmam os modos de desenvolvimento da cooperação, as limitações e os obstáculos enfrentados, as vantagens e os resultados conseguidos. Subjacente à futura tese, deverá elaborar-se uma proposta de um modelo de cooperação que responda às limitações e dificuldades encontradas e possa ser uma ferramenta para ajudar a ultrapassar essas limitações, porque as bibliotecas formam jovens para o futuro.

Palavras-chave

Bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, cooperação, SABE, bibliotecas de “Uso Partilhado”.

Abstract

This thesis project investigates cooperation between public libraries and school libraries. These libraries play a complementary role because they share common audiences, even though they develop specific missions and objectives. The IFLA and UNESCO Manifests and the literature emphasize the positive impact of cooperation for the training of students, future users of public libraries, who are able to confront the information and knowledge society.

Similarly, the literature highlights the importance of SABE: School Library Support Service, which can be an essential partner for school libraries. The conclusions seek to obtain proposals which outline the ways in which cooperation is developed, the constraints and obstacles encountered, the advantages and the results achieved. Underlying the future thesis, a proposal for a cooperation model should be drawn up to address the limitations and difficulties encountered and could be a tool to help overcome these limitations, because libraries must train young people for the future.

Keywords

Public Libraries, School Libraries, Cooperation, School Library Support Service, joint-use libraries.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 REVISÃO DA LITERATURA.....	9
1.1. UMA JÁ LONGA TRADIÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	9
1.2. OS CONCEITOS DE COOPERAÇÃO E DE REDE.....	9
1.3. ÁREAS E LINHAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES (2014 -2020)	12
1.4. O SABE.....	14
1.5. AS BIBLIOTECAS DE “USO PARTILHADO”	25
1.6. AS REDES/PORTAIS CONCELHIOS DE BIBLIOTECAS	30
1.7. A COOPERAÇÃO NAS RECOMENDAÇÕES DA IFLA/UNESCO	31
1.8. AS VANTAGENS DA COOPERAÇÃO	32
1.9. FATORES CRÍTICOS DA COOPERAÇÃO	35
1.10. PERSPETIVAS DE FUTURO.....	37
2 FINS E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E ABORDAGEM DOS MÉTODOS	39
2.1. A AMOSTRA.....	40
2.2. MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS	42
2.2.1. MÉTODOS	42
2.3. ESTUDO DE CASO	46
2.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA RECOLHA DE DADOS	49
2.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	55
3 O TRABALHO ATUAL E OS RESULTADOS PRELIMINARES	57
4 PLANO DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES	59
CONCLUSÕES.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

INTRODUÇÃO

A apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, que se começou a viver a partir das últimas décadas do século XX alterou a forma como as pessoas aprendem, estudam leem, utilizam as bibliotecas, trabalham e até se divertem. Esta alteração qualitativa reconfigura o papel das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares, porque as transformações estão associadas a uma conjuntura caracterizada pela interação de fatores culturais, ideológicos e políticos.

Por sua vez, estas mutações redefinem novos paradigmas socioculturais, que recomendam novos programas educacionais, em que o aluno é perspectivado como um capital humano, onde se deve investir. Neste sentido, há que reposicionar os lugares das bibliotecas, como espaço formativo, social e cultural, face à generalização da internet e do aumento crescente do digital, que permitem aceder à informação e à comunicação, de forma imediata e sem qualquer mediação. Este novo cenário requer, que a biblioteca escolar se torne numa estrutura “de aprendizagem para o uso crítico e responsável da informação, a sua transformação em conhecimento e o crescimento pessoal e social dos indivíduos.” (Proença, Conde, Santa - Clara, Mendinhos & Filipe, 2015, s. n.)

Assim, as bibliotecas escolares têm que responder aos novos sistemas de informação e comunicação em rede e encetar novas relações de cooperação tendentes à mudança, onde a biblioteca pública e a biblioteca escolar podem ocupar um papel decisivo. Neste sentido, as orientações da Rede de Bibliotecas Escolares (2013,2008,2003,1996), a Rede de Bibliotecas de Lisboa e, Marçal (2013) entre outros autores concluem, que a cooperação incorpora práticas e perspectivas de futuro para potenciar um trabalho conjunto entre as duas bibliotecas. Outros investigadores de referência, como Calixto (2008, 2006, 1996) e Conde (2010) e Cidades (2007), que estudaram os primeiros anos de desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares sugerem a cooperação, vista com uma ferramenta capaz de promoção dos dois tipos de bibliotecas. Investigadores estrangeiros, como Brown (2015), Johnstone (2011), Yarrow, Clubb e Jennifer-Lynn (2008) salientam

o peso da cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares.

Na sociedade da informação, o conceito de aprendizagem formal, que se atribui às bibliotecas escolares e o conceito de aprendizagem ao longo da vida associado às bibliotecas públicas constituem uma das razões, que justificam a cooperação, em que os intervenientes conjugam esforços para atingirem fins comuns – o papel educacional. As bibliotecas escolares são uma ferramenta capaz de formar os futuros utilizadores das bibliotecas públicas, capacitando-os com uma postura crítica e consciente para o exercício da cidadania ativa.

Na essência das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares reside a aspiração de garantir o acesso à informação para todos, em que se reproduz o contexto político, histórico e social em que nascem e vivem aqueles espaços sociais (Alvim,2015). Nesta linha de pensamento, foram criados o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (1986) e o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares (1996). Embora as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares promovam uma missão e objetivos específicos, as duas unidades documentais complementam-se, a ponto de se explicar, que a Rede de Bibliotecas Escolares fosse planeada numa convergência de redes colaborativas com as escolas, bibliotecas públicas e autarquias. (Calçada, 2003)

A cooperação está presente no relatório “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares” (Veiga, Barroso, Calixto, Calçada & Gaspar, 1996) que estabelece a criação de Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), como entidade de apoio à biblioteca escolar “a integrar nas bibliotecas municipais com o objetivo de proporcionar às escolas apoio técnico e recursos de informação inexistentes nas escolas.” (Veiga et al., p. 55), tendo como base as experiências de outros países e de algumas bibliotecas públicas portuguesas, no âmbito da cooperação. Atualmente (fevereiro de 2018), o país dispõe de 270 bibliotecas públicas municipais, das quais 220 integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, num total de 380 municípios e, de 2405 bibliotecas escolares.

No horizonte temporal do ano 2020, o futuro da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas depara-se com um quadro de oportunidades e de ameaças, mostrando-se necessária a transformação das bibliotecas públicas, com a finalidade de alterar um

modelo assente na coleção num novo modelo de biblioteca centrado nas pessoas (Leal, 2015).

Este novo modelo poderá envolver o SABE, porque a cooperação diz respeito às pessoas e quanto melhor for o trabalho conjunto, melhores serão as bibliotecas, porque as bibliotecas escolares preparam os futuros utilizadores das bibliotecas públicas. Por sua vez, a Rede de Bibliotecas Escolares defende, que a cooperação com as bibliotecas públicas “revela-se essencial para o crescimento equilibrado e duradouro das bibliotecas.” (Programa Rede de Bibliotecas Escolares, 2013, p. 20)

A pergunta inicial desta investigação é “No contexto dos desenvolvimentos ocorridos nas bibliotecas públicas e escolares em Portugal a partir da década de 1980, como se tem processado a cooperação entre estas instituições, tendo especialmente em atenção o papel dos Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares? O propósito deste estudo é proceder a uma investigação simultaneamente alargada e, em casos selecionados, em profundidade, sobre as atividades de cooperação entre as bibliotecas públicas e escolares ao longo das últimas três décadas, aferindo os modos de desenvolvimento desta cooperação, as limitações e os obstáculos enfrentados, bem como as vantagens e os resultados conseguidos. Este trabalho deverá ainda elaborar uma proposta de um modelo de cooperação que responda às limitações e dificuldades encontradas e possa ser uma ferramenta para ajudar a ultrapassar essas limitações.

A pertinência deste estudo prende-se, em primeiro lugar, com a escassez de investigação produzida sobre a cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, desconhecendo-se a existência de teses de doutoramento relativas à presente temática. As teses de mestrado e os artigos desenvolvidos, na revisão da literatura destacam o papel da cooperação e estudam o SABE, enquanto agente único promotor daquela estratégia. Contudo, as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares sempre trabalharam, conjuntamente e, parece que a cooperação não resulta necessariamente da formalização do SABE. Conhecem-se as experiências de Loures, no âmbito da cooperação entre os municípios e as bibliotecas escolares, onde por vezes não existia biblioteca pública e muito menos bibliotecário, cabendo o elo de ligação a um funcionário municipal mais sensibilizado.

Na área das bibliotecas públicas, a investigação aborda a cooperação entre estas unidades documentais, considerando-a escassa ou inexistente (Leal, 2015, Guerreiro, 2010, Guerreiro & Calixto, 2010). Analisam-se os constrangimentos, apontam-se propostas, omitindo-se a biblioteca escolar, enquanto parceiro estratégico. Um terceiro motivo, que pode contribuir para a pertinência desta investigação, é testar a validade da utilização de métodos mistos para o estudo da temática, que, possivelmente ainda não foi aplicada. Por último, acentua-se a relevância da cooperação, que em todo o caso representa uma racionalização do uso dos recursos, ainda para mais numa altura em que eles são escassos e o escrutínio dos contribuintes é cada vez maior.

A cooperação constitui um investimento, uma oportunidade para os profissionais da informação mudarem de atitude, planificando e partilhando projetos comuns. Paralelamente, pretende-se aprofundar a literatura surgida depois de 2010, embora insuficiente, com o fim de responder a questões pendentes e sobretudo para comprovar que o SABE poderá abrir perspetivas de futuro, gerando novos serviços para se garantir a sustentabilidade das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares.

Esta investigação fará uso de diversos métodos para a recolha e análise de dados, como à frente será discutido com mais pormenor. Numa primeira fase procurar-se-á recolher as opiniões de dois dos principais atores neste processo (os bibliotecários responsáveis pelos SABE – quando os houver - ou pelas bibliotecas públicas, e os coordenadores interconcelhios da Rede de Bibliotecas Escolares) sobre aspetos essenciais da estruturação e funcionamento da cooperação através da aplicação de inquéritos eletrónicos. Completando e pormenorizando esta imagem, o estudo fará dois estudos de caso múltiplos, usando ferramentas eminentemente qualitativas, em dois municípios selecionados a partir da amostra de “duas extremidades”, procurando casos que estejam em pólos afastados, no que diz respeito à colaboração entre bibliotecas públicas e escolares e procurando compreender os motivos de tais diferenças.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1. UMA JÁ LONGA TRADIÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

A cooperação faz parte da vida das bibliotecas e das pessoas, mais espontânea ou mais planejada. Sem ter em conta se é colaboração, trabalho em rede ou num nível hierárquico mais elevado, a cooperação formalizada, as bibliotecas públicas sempre cooperaram com as bibliotecas escolares, especialmente, nestes últimos trinta anos, por se reconhecerem como instituições da mesma comunidade. A criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares, elas próprias fruto da cooperação entre a administração central e a administração local assimilaram uma tradição, já enraizada nas bibliotecas públicas e escolares, nomeadamente os SABE não formalizados.

A generalização das tecnologias da informação e da comunicação, a partir da década de 90 do século XX, bem como a transferência do paradigma educacional centrado no professor e na sala de aula para o aluno, exige à biblioteca pública e à biblioteca escolar uma reconfiguração do seu papel educacional.

Considera-se, que a melhor utilização dos dois tipos de bibliotecas poderá ser alcançado por meio da cooperação, porque permite uma melhor eficácia nas aprendizagens dos alunos e uma preparação adequada para a aprendizagem ao longo da vida, que terá lugar nas bibliotecas, conforme refere a revisão da literatura nacional e estrangeira. Por isso, torna-se essencial refletir no corpo teórico da literatura em matéria de cooperação.

1.2. OS CONCEITOS DE COOPERAÇÃO E DE REDE

Na linguagem natural dos bibliotecários utiliza-se, invariavelmente, os conceitos de cooperação, de colaboração ou de trabalho em rede para se designar o mesmo procedimento. Desta forma, considerou-se útil estudar os significados semânticos de cooperação e de rede:

- Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001):
 - Cooperação, do latim cooperatio – ónis;
 - Ato ou efeito de cooperar;
 - Ação de participar, de colaborar numa tarefa, para atingir um fim comum; conjugação de esforços = colaboração;
 - Ajuda económica, técnica ou militar dada a uma nação por outra, ou por uma organização internacional, para fins de reabilitação, desenvolvimento económico e social ou para defesa mútua.
- Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001):
 - Rede, do latim rete, retis;
 - Conjunto de instituições que assegura o ensino em todo o território;
 - Rede escolar, o conjunto de escolas, bibliotecas e outros organismos relacionados com a educação, dispersos no território;
 - Conjunto de meios de comunicação, de transmissão ou conjunto dos meios de transporte que se difundem e organizam em áreas consideráveis.
- Dicionário da língua portuguesa da Priberam:
 - Sistema de computadores ligados entre si, para partilha de dados e informação;
 - O mesmo que internet;
 - Conjunto de relações e intercâmbios entre indivíduos, grupos ou organizações que partilham interesses, que funcionam na sua maioria através de plataformas da internet.

Perante a múltipla utilização de conceitos de colaboração, partilha, rede, trabalho em rede, tanto na revisão da literatura, como na linguagem natural dos bibliotecários para abordar a mesma realidade, optou-se por enquadrá-los no conceito de cooperação, percebida como uma prática mais abrangente, ainda que se possa dividir em níveis hierárquicos.

A cooperação pode promover-se a vários níveis, de acordo com (Calixto, 2005), nomeadamente entre bibliotecas públicas, com outras bibliotecas e com outras instituições, citando depois Thun para explicar, que se trata de um investimento, pois “significa a partilha de trabalho, de competências e de dinheiro” (p.83). Ainda que o referido autor tenha escrito o artigo há vinte e três anos, é possível que o seu conteúdo permaneça atual e se confirme no decurso da investigação, porque sendo a cooperação uma prática natural, ela enfrenta obstáculos, porque: “A existência de relações entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar não depende da vontade dos bibliotecários, nem dos professores, nem dos políticos. Ela existe, é bem real, e as circunstâncias sociais impõem-na às vontades dos diversos intervenientes.” (Calixto, 1994, p.63)

O conceito de cooperação tem sofrido sucessivas mudanças, que resultam das permanentes e rápidas alterações oferecidas pela inovação tecnológica. De acordo com Merlo Vega (1998), começa a falar-se em cooperação, na década de 60 do século passado, na sequência dos primeiros passos dos processos de automatização das bibliotecas. Colocava-se um enfoque particular, no plano económico em que se pretendia reduzir custos. Nos anos 70, às preocupações económicas junta-se a otimização do tempo utilizado com os processos de catalogação. A década de 80 caracteriza-se pela disseminação da comercialização dos programas de gestão de bibliotecas, procurando a cooperação rentabilizar as potencialidades dos pacotes informáticos e do intercâmbio de produtos e experiências.

Nos anos 90, assiste-se a alterações marcantes na sociedade, originadas pela rápida evolução das tecnologias com uma atenção especial para o aparecimento da Web, que se refletiu nas relações entre as bibliotecas, porque as tecnologias da informação e da comunicação são “efetivamente grandes potenciadores da cooperação.” (Calixto, 2008, p. 79). Um dos exemplos possíveis adiantados por este investigador é a catalogação entre as bibliotecas públicas e bibliotecas escolares em alguns concelhos do país.

O conceito de cooperação não se limita às funcionalidades das tecnologias, embora se apresentem como uma ferramenta relevante, na automatização ou disponibilização de serviços em linha, cada vez mais frequentes nas rotinas das bibliotecas

(Alasne, 2005). De acordo com este investigador, a cooperação deve estar sujeita à definição de normas e de órgãos de orientação e de coordenação.

Por vezes, os conceitos de rede e de cooperação são utilizados de forma indistinta para identificarem uma mesma realidade, pois as diferenças nem sempre são claras. A expressão “Sociedade em Rede”, atribuída a Castells (2002) implica, que as bibliotecas sejam percebidas como centros difusores de recursos partilhados, que contribuem para a formação de redes.” (Amândio, 2015, s.n.). Deste modo, torna-se necessário o levantamento dos potenciais parceiros: bibliotecas públicas, escolares, institucionais, universitárias, centros de documentação e informação especializados, arquivos e museus, a fim de se estabelecerem os princípios de uma cooperação mútua.

Importa clarificar, que este é o entendimento de rede, que será seguido ao longo da investigação sobre a cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, isto é no seu significado mais amplo. Obviamente, o conceito de rede inclui as ferramentas tecnológicas mas não se cinge apenas a estes artefactos, como diz Alasne (2015).

1.3. ÁREAS E LINHAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES (2014 -2020)

As linhas e áreas de intervenção prioritárias do quadro estratégico da Rede de Bibliotecas Escolares (2014-2020) sublinham o papel educacional das bibliotecas escolares e o contributo, que podem dar para as competências dos alunos, no período 2014-2020. Entende-se, que esta meta pode alcançar-se em cooperação entre as bibliotecas escolares e outras, porque atualmente o conceito de aprendizagem ao longo da vida estende-se para além da educação formal (Calixto, 2006). A Rede de Bibliotecas Escolares diz, que: “(...) o sistema educativo necessita, mais do que nunca, de bibliotecas sólidas, capazes de ensinar e apoiar os alunos na obtenção de bons resultados escolares e no domínio das literacias indispensáveis para o futuro.” (Rede de Bibliotecas Escolares, 2013, p.7)

Ainda que a Rede se considere numa “fase de maturidade” (2013, p.8), defende-se, que só a cooperação poderá tornar mais sólidas as bibliotecas, quer escolares, quer

públicas. O quadro estratégico desenvolve treze orientações chave, em que se destacam no presente estudo, as “Redes dinâmicas sustentadas em práticas consistentes e enraizadas na comunidade” (capítulo 10) e “Sistemas de cooperação com a sociedade, promotores da partilha de recursos e de saberes.” (capítulo 11)

O capítulo 10 do “Quadro estratégico 2014-2020” considera essencial a cooperação das bibliotecas escolares entre si e com as municipais/públicas, estratégia, que exige um acompanhamento e o suporte institucional, a nível concelhio. A Rede de Bibliotecas Escolares integra o equipamento biblioteca da escola num território mais amplo, que é a comunidade concelhia, na medida em que pode-se candidatar a iniciativas de âmbito local, dando força ao seu enraizamento, visibilidade e disseminação de práticas consistentes e sustentáveis. Neste sentido, a Rede de Bibliotecas Escolares propõe linhas de ação que se desenvolvem em torno da consolidação de redes locais, catálogos bibliográficos, portais, projetos de cooperação, formação, disponibilização de plataformas e sistemas de informação, que auxiliem a criação de redes e sistemas de cooperação a nível local.

O capítulo “Sistemas de cooperação com a sociedade, promotores da partilha de recursos e de saberes” sugere o alargamento da cooperação das bibliotecas escolares a outras organizações como bibliotecas, universidades, museus, arquivos, associações e empresas, na linha de Calixto (2005). Em sentido lato, a cooperação das bibliotecas escolares com qualquer um dos parceiros significa a participação em projetos coletivos, que “constituem uma mais-valia indispensável à sua valorização e integração na sociedade.” (Rede de Bibliotecas Escolares, 2013, p.21)

Ao longo do documento não surgem referências ao SABE, como entidade promotora da cooperação, embora haja uma referência indireta, porque a biblioteca pública é considerada um dos parceiros e não pode viver isolada do meio. Será, que o SABE, também, já atingiu uma fase de maturidade, como a das bibliotecas escolares ou terá de ser reajustado? Nestas linhas orientadoras da Rede de Bibliotecas Escolares, manifesta-se um reforço da cooperação, que se expande da biblioteca pública para as outras organizações da comunidade, numa perspetiva de aproveitamento das potencialidades das tecnologias da informação e da comunicação.

1.4. O SABE

A cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, bem como as tecnologias de informação e da comunicação eram já amplamente teorizadas no relatório “Lançar a rede de bibliotecas escolares” (Veiga et al., 1996). Este texto fundador da Rede de Bibliotecas Escolares apresentou e desenvolveu com razoável detalhe o conceito de Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) que, de acordo com este documento, seria da responsabilidade das câmaras municipais, através das suas bibliotecas públicas, dando assim corpo a uma tradição já longa de colaboração de algumas bibliotecas municipais (Calixto, 1996).

No âmbito do SABE, o relatório da Rede de Bibliotecas do Concelho de Arganil (2016/2017) descreve o plano anual de atividades conjuntas realizadas pelas Bibliotecas Municipais de Arganil e pelo Agrupamento de Escolas de Arganil. Este plano de atividades resultou de reuniões preparatórias do Grupo de Trabalho Concelhio (2) e do Grupo Coordenador Concelhio (6).

O relatório apresenta uma síntese do trabalho desenvolvido, que integra as obrigações dos primeiros contratos-programa assinados entre o ministério da educação e os municípios: catalogação dos fundos documentais das bibliotecas escolares da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, feira do livro/semana da leitura, restauro de livros formação, três encontros com escritores, dois concursos de promoção da leitura (4.º ano de escolaridade e 2.º ciclo) e circulação de livros entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares (empréstimo domiciliário, salas de aulas e interbibliotecário), sendo dinamizada pela Biblioteca Municipal de Arganil.

O SABE e as bibliotecas escolares da educação pré-escolar/1.º ciclo do concelho reúnem, quinzenalmente, com o fim de prepararem iniciativas. Os objetivos destas reuniões são: a) colaborar com os professores na criação de hábitos de leitura fazendo a ligação entre a leitura aprendizagem e a leitura de prazer, criando leitores para a vida; b) Dar apoio técnico aos professores responsáveis pelas bibliotecas escolares; c) colaborar na arrumação das bibliotecas, criando as condições para o incentivo ao empréstimo domiciliário. Os contratos-programa celebrados, depois de 2011, alargam a catalogação

dos fundos documentais aos 2.º e 3.º ciclos, havendo até alguns SABE, como o de Loulé, que presta apoio às escolas do ensino secundário, ampliando o conceito de Rede.

As redes precisam de um programa de cooperação, segundo Amândio (2015), pois tem de ser abrangente, onde constem a definição das prioridades, os objetivos e as metas do acordo de cooperação; o modelo e a estrutura organizativa para a constituição de um modelo de rede; a garantia do envolvimento e o apoio dos responsáveis políticos e técnicos; a garantia da afetação dos recursos necessários (humanos, técnicos e financeiros) e de formação contínua; o envolvimento das tecnologias da informação e da comunicação; a valorização da cooperação para mudar a cultura organizacional caracterizada por processos de trabalho rotineiros, mentalidades e atitudes.

O trabalho colaborativo nas escolas foi estudado por (Araújo, 2014), onde a biblioteca escolar revela-se, como uma estrutura motivadora e coordenadora da realização de projetos comuns pelo corpo docente, exigindo-se para tal uma forte liderança do professor bibliotecário, que foi instituído pela portaria nº. 756/2009, de 14 de julho. A evidência da cooperação encontra-se fixada, no art.º 3, alínea "h) Estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projetos de parceria com entidades locais" (Diário da República, n.º134, I série, 2009, p.4489). Contudo, este trabalho colaborativo entre os professores da mesma escola não se encontra isento de obstáculos, razão pela qual “ (...) não são muito numerosas as práticas colaborativas de sucesso em Portugal.” (Araújo, 2014, p.1)

A referida autora explica, que o ato de colaborar implica uma vontade de interação, que não acontece, se houver professores isolados ou objeto de coação. Com citação em Boavida e Pontes (2002) clarifica que:

“Efetivamente, não se pode obrigar ninguém a colaborar e o indivíduo tem de participar nesta interação com convicção e consciência do seu valor e do reconhecimento deste pelos pares. Todos os participantes têm algo a dar e algo a receber do trabalho em comum.”

Araújo, 2014,p.1

Se dentro da organização escola estão comprovados constrangimentos à

colaboração, à cooperação entre os docentes e, se igualmente a literatura não mostra casos de sucesso na cooperação entre as bibliotecas escolares, é natural que essas dificuldades ocorram, também, na cooperação entre as bibliotecas públicas e as escolares. Independentemente dos obstáculos à cooperação, tem-se vindo a demonstrar uma longa tradição de cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, no seguimento das orientações do relatório “Lançar a rede de bibliotecas escolares” (Veiga et al., 1996). Já a mesma prática não acontece na cooperação entre as próprias bibliotecas escolares, não se desenvolvendo a diretriz de que “As bibliotecas de diferentes escolas de uma mesma área geográfica devem estar articuladas em rede para permuta de documentos e atividades conjuntas de animação.” (Veiga et al., p.37)

A Rede de Bibliotecas do Concelho de Arganil foi fundada para permitir o acesso à informação em todos os suportes e a todos os habitantes do concelho e para fomentar o hábito e o gosto pelas literacias (Fróis, 2012). Na consecução deste último objetivo, as Bibliotecas Públicas de Arganil encontraram nas bibliotecas escolares, um parceiro, por excelência, porque conseguiu captar uma parte substancial dos munícipes ou seja as crianças, os jovens e os adultos, que não frequentavam a biblioteca pública. Este esquema de trabalho cooperativo permitiu garantir a sustentabilidade dos dois tipos de bibliotecas, uma vez que a gestão planificada de projetos conjuntos trouxe vantagens, contrariando a opinião de Leal (2015). No período de aulas, as atividades são promovidas nas bibliotecas escolares e no tempo de férias escolares, as atividades transitam para as bibliotecas públicas de Arganil.

Na retaguarda, foram estabelecidas a divisão de tarefas e de responsabilidades da Câmara Municipal de Arganil/Bibliotecas Públicas Municipais de Arganil, da Rede de Bibliotecas Escolares e do Agrupamento de Escolas, por meio do regulamento do empréstimo interbibliotecas do concelho e de protocolo para o Portal da Rede e catálogo concelhio. Em 2012, esta inovação de articulação concelhia pretendia avançar para conexões com as Comunidades Intermunicipais e para a Rede Nacional.

Resta saber se este exemplo de articulação replica um contexto, em que as decisões são tomadas conjuntamente pelos dois tipos de bibliotecas ou se está num processo de subalternização da biblioteca escolar perante a biblioteca pública. A

cooperação pressupõe uma relação de igual para igual entre os parceiros assente numa lógica bottom-up e não top-down. Nos primórdios da Rede de Bibliotecas Escolares (1996-2002), a instalação das novas bibliotecas” tinha de nascer de uma candidatura da escola, sentida como uma necessidade endógena, um desejo de mudança à escala do estabelecimento de ensino (Veiga et al., 1996).

Deste modo, entende-se que cooperar é também uma vontade da biblioteca da escola, do professor bibliotecário e da sua equipa e não unicamente da biblioteca pública. Em síntese, pode dizer-se que o SABE de Arganil implementa os princípios e os objetivos, que competem ao SABE, em conformidade com o relatório “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares.”

Na passagem do 25.º aniversário da fundação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Cortês (2012) considerou excelente a relação com a Rede de Bibliotecas Escolares, que tem complementado e até ocupado o espaço, que as bibliotecas públicas vinham desempenhando junto da população escolar. Assim, observa-se uma realidade, que é inversa à situação ocorrida, antes do lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares, em que as bibliotecas públicas assumiam contornos de escolares (Calixto, 2006, 1994). Contudo, Cortês (2012) alerta as bibliotecas públicas para a urgência de reconfigurarem a sua ação, com uma tónica na cooperação com as bibliotecas escolares e na definição de novos tipos de prestação de serviços.

Na investigação aos SABE do distrito de Lisboa, enquanto serviço potenciador da cooperação, que foi estudada por Fernandes (2011), a autora delimitou o conceito às seguintes palavras-chave: “colaborar; projeto comum; unir esforços e fim comum.” (p. 96). Observou um consenso generalizado nas áreas de atuação dos SABE, em conformidade com o relatório de Veiga et al. (1996) que converge para os alunos, a promoção da leitura e a formação contínua dos professores. Os acordos de cooperação/contratos - programas assinados entre o ministério da educação, as câmaras municipais e as escolas constituem um documento indispensável para regular a cooperação, na opinião de Fernandes (2011).

Os SABE são muito heterogéneos em termos de anos de existência e de

experiência, sendo o mais antigo criado, em 1995, anterior à formação da Rede de Bibliotecas Escolares, tal como os de Loulé, Loures, Oeiras, Seixal e Setúbal, no seguimento de uma proposta defendida por Calixto (1996,1994), que foi sendo desenvolvida pelos bibliotecários mais motivados para a cooperação. Nas conclusões, Fernandes (2011), sublinha a quase nula participação dos professores bibliotecários nas reuniões de planificação conjunta dos SABE, na definição de prioridades e identifica dificuldades na gestão articulada dos fundos documentais e do empréstimo interbibliotecário.

O trabalho de Gomes (2010) abriu um período em que se começou a manifestar um interesse crescente pelo estudo da cooperação. O referido investigador explica o sucesso da Rede de Bibliotecas Escolares, porque depende de uma única linha política orientadora, que conseguiu atingir a quase total cobertura do país com bibliotecas escolares. Esta linearidade contrasta com a mudança regular dos decisores políticos do ministério da cultura e das autarquias, bem patente na cobertura parcial do país pela Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Passados sete anos sobre aquele estudo, a Rede de Bibliotecas Escolares não só dotou todas as escolas da rede pública com bibliotecas, como se expandiu a muitas escolas privadas, cooperativas e profissionais. O mesmo autor explica, que para além das questões de natureza política, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas depara-se com constrangimentos relativos aos elevados custos a que estão sujeitos os municípios, após a aprovação das candidaturas.

Nem todas as autarquias dispõem de “folga orçamental”, que lhes permita suportar as responsabilidades financeiras relativas aos cadernos de encargos das candidaturas às bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Estas dificuldades agravam-se com a instabilidade das políticas e equipas da atual DGLAB. Ainda com referência a Gomes (2010), o autor realça as vantagens da cooperação, constata o consenso generalizado de abertura das bibliotecas escolares do concelho de Fundão à comunidade, onde não existam pólos da biblioteca pública e coloca um enfoque especial na urgente necessidade de mudança de atitude dos dirigentes e das comunidades perante as bibliotecas. Tanto Fernandes (2011), como Araújo (2014) são consensuais, relativamente à cooperação, pois exige uma planificação conjunta entre os professores, no caso das

escolas e entre as bibliotecas públicas e os professores bibliotecários, não se revestindo de um ato isolado. Da mesma forma, Fernandes (2010) e Gomes (2010) destacam as vantagens da cooperação.

Na revisão da literatura, que se vem efetuando, observa-se um ponto coincidente em autores como Amândio (2015), Fernandes e Gaspar (2011), que referem a importância da formalização de um acordo de cooperação/contrato-programa para responsabilizar os parceiros institucionais nas tarefas de cooperação. No modelo tipo assinado com os municípios, lê-se “Criar condições para a institucionalização do Serviço de Apoio à Biblioteca Escolar (SABE) na Biblioteca Municipal/Biblioteca Pública (...) dotando-o de forma progressiva dos recursos humanos e materiais visando prestar colaboração técnica especializada aos estabelecimentos de ensino” (cláusula 7.^a, ponto 2). Por outro lado, torna-se necessário apurar até que ponto os contratos - programas de formalização do SABE e de redes concelhias de bibliotecas operacionalizam a cooperação. Não se entrevê se as câmaras municipais dispõem dos recursos humanos e financeiros suplementares para a instalação do SABE e da Rede Concelhia ou que se observe transferências de verbas pelo Estado. São questões para as quais se torna necessário a obter respostas para estudar a influência daquelas variáveis, na cooperação, na fase posterior de elaboração da tese.

Mas se esta desconcentração não for acompanhada de verbas adequadas, como se executa a cooperação? E se não houver mudança de atitude ou sensibilidade para a inovação?

Os desafios com que se confrontam as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas, no campo da cooperação, foram estudados por Conde (2010). Esta investigadora estabelece uma relação de igual para igual, ou seja de equidade. Propõe um quadro da cooperação, que se desenvolve em torno dos desafios, que cabem às bibliotecas escolares e às bibliotecas públicas, no âmbito do papel informativo, papel educativo e papel cultural.

É neste último domínio, que a autora evidencia uma maior atenção com o impacto da cooperação, questionando o trabalho das duas bibliotecas enquanto pólos de criação de novos públicos e de formação de leitores, que integrem toda a comunidade e enquanto membros cooperantes de outros organismos e redes. Nesta linha de pensamento:

“ (...) As bibliotecas são cada vez mais entendidas como organismos que, necessariamente, se enquadram em organizações e contextos mais vastos, sendo fundamental que se relacionem com outras instituições a nível local, regional, nacional e internacional, com as quais partilham interesses e objetivos comuns. “

Conde, 2010, s.n.

Os desafios colocados à cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, bem como o seu reforço, poderão ser ultrapassados com recurso à comunicação e à liderança e com os seguintes princípios apontados pela mesma autora:

- Reconhecimento mútuo em termos políticos e estratégicos do valor da cooperação, quer a nível local, quer a nível central;
- Convergência de valores, de princípios, de finalidades e objetivos que justificam o aprofundamento da cooperação, através de uma visão partilhada e de um planeamento conjunto;
- Ênfase dos benefícios da cooperação nas vantagens para os utilizadores em vez de nas vantagens para cada uma das instituições;
- Acumulação de experiência, através da organização e gestão de projetos conjuntos;
- Especialização e qualificação continuadas dos recursos humanos.

Brites e Silva (2007) relatam a experiência do SABE do concelho de Seixal, que foi um dos primeiros a iniciar a sua atividade, em 1984. Para além do apoio técnico às bibliotecas escolares, apresenta um programa mais vasto, de âmbito pedagógico. A sua visão estratégica assenta no contributo do SABE, como recurso para o crescimento das bibliotecas escolares e do impacto na formação das pessoas e da comunidade, como ação pedagógica, aquisição de competências de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento, à promoção de valores humanos fundamentais e ao exercício dos direitos humanos e da cidadania.

A experiência do SABE do concelho de Palmela começa por acentuar a componente de relações interpessoais com os professores e os auxiliares de ação educativa das equipas das bibliotecas escolares, enquanto oportunidade para a aproximação entre as

duas bibliotecas, de acordo com Cidades (2007). O SABE de Palmela destaca a sua vertente formativa e a prestação do apoio técnico habitual às bibliotecas escolares. A responsável pelo SABE refere, que “A experiência de todos nós também nos diz que para a formação se deve estabelecer um início e nunca um fim. A meta é a formação contínua, a aprendizagem ao longo da vida.” (Cidades, 2007, s. n.)

No artigo sobressai a preocupação com a formação, que surge, como uma preocupação vital do SABE para melhorar a prática da equipa da biblioteca escolar, proporcionar noções sobre organização e gestão da biblioteca da escola e facultar competências técnicas. Os SABE de Seixal, de Palmela e de Arganil e os que foram abordados por Fernandes (2011) implementam e desenvolvem as práticas determinadas pela Rede de Bibliotecas Escolares e, que constam dos acordos/contratos-programa.

O papel educacional das bibliotecas públicas portuguesas é assinalado por Calixto (2006), que reconhece um atraso relativamente à maior parte das bibliotecas dos países europeus. De facto, estas bibliotecas gozam de uma tradição, que não tem paralelo com a realidade das bibliotecas públicas portuguesas, que se encontravam no terreno apenas há 20 anos. Mesmo assim, distingue o seu papel educacional, no período antecedente à Rede de Bibliotecas Escolares, na medida em que muitas bibliotecas públicas desenvolveram modelos híbridos para responderem às solicitações de alunos e de professores face à inexistência de bibliotecas escolares, no verdadeiro sentido da palavra.

Esta capacidade de adaptação das bibliotecas públicas às exigências do público do ensino formal demonstra a sua capacidade para responder aos desafios educacionais, ainda que tenham colocado em risco a sua missão e objetivos específicos. A precariedade desta situação fez com que algumas bibliotecas públicas se tenham transformado em bibliotecas escolares, contrariando a sua missão universalista.

O início do apoio das bibliotecas públicas à instalação e desenvolvimento das bibliotecas escolares ocorre dentro de múltiplos contextos: iniciativa espontânea ou mais ou menos planificada da biblioteca pública ou por solicitação da biblioteca escolar. De acordo com Calixto (2006), os dez anos de trabalho conjunto (1986-1996) entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares foram tão salientes, que inspiraram o

lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares, daí que se fale numa longa tradição de cooperação entre os dois tipos de biblioteca. Neste sentido:

“A primeira década do século XXI testemunhou um notável desenvolvimento das bibliotecas escolares em Portugal, e este desenvolvimento dificilmente teria ocorrido sem o apoio das bibliotecas públicas, que em muitos casos criaram formalmente serviços de apoio às bibliotecas escolares.”

Calixto, 2006, s.n

Também, antes da formação da Rede de Bibliotecas Escolares, Canário (1998) explica o sucesso da mediateca escolar da Escola Marquesa de Alorna (1991), a partir de uma inovação educativa, no contexto de articulação com o meio local, que se estendeu à renovação de outras bibliotecas escolares e à criação de outras em cooperação com as câmaras municipais e as bibliotecas públicas municipais. Assim, pode-se concluir, que a criação do SABE nasceu de práticas pioneiras das bibliotecas públicas mais sensibilizadas para a cooperação, como já se referiu e, que a Rede de Bibliotecas Escolares viria a apropriar-se, no momento da sua fundação (1996).

No plano da literatura estrangeira, a colaboração entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas norte-americanas foi estudada por Brown (2015), enquanto promotora do sucesso académico dos estudantes. A sua investigação focaliza um estudo de caso múltiplo centrado no objetivo comum dos dois tipos de bibliotecas, que é o de criar competências leitoras nos seus públicos, como capacidade indutora do sucesso escolar dos alunos. A investigação desenrola-se em torno das restrições orçamentais, que influenciam a forma como as bibliotecas escolares e as públicas trabalham em conjunto e prestam serviços aos alunos.

A referida autora expõe uma série de razões, que justificam a colaboração, em que o fator mais importante é a questão financeira. Isto representa “(...) less staff to work with children’s programming at public libraries, less money for new print and digital resources, and less money for subscriptions to resource databases.” (Brown, 2015, p. 6). As restrições orçamentais nem sempre mostram aspetos negativos, na medida em que apelam à adoção de soluções criativas por parte dos profissionais das bibliotecas, que minorizam problemas, mas não resolvem questões estruturais. Os alunos precisam de uma

larga variedade de materiais de leitura para os diversos anos de escolaridade, de acordo com o grau pessoal de aquisição de competências leitoras, que se consideram uma base para a aprendizagem ao longo da vida. (Brown, 2015). Esta investigadora faz ressaltar, que uma colaboração de sucesso entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas é necessária, mais do que nunca, devido às pressões económicas do século XXI, recomendando três estratégias para as superar:

1) Programas de divulgação da biblioteca pública, que incluam visitas a escolas e a acontecimentos da comunidade, como forma das bibliotecas públicas chegarem às bibliotecas escolares;

2) A construção de um catálogo coletivo, que integre bibliotecas públicas, escolares e privadas da mesma área;

3) A implementação de bibliotecas de “Uso Partilhado”, seguindo um modelo de parceria entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares concentradas no mesmo edifício, que se aprofundará mais à frente.

O programa Biblioteca Escolar “Puntedu”, que foi lançado pelo departamento de educação da Generalitat da Catalunha, a partir do ano letivo 2004-2005 atingiu um momento de consolidação, no biénio 2010-2011, apesar das restrições orçamentais (Baró & Raga, 2012). De acordo, com estes investigadores, o programa, que tem a finalidade de promover as bibliotecas escolares nos centros educativos da Catalunha, teve uma continuidade sustentada, sendo apontado como relevante, o programa do município de Girona, que arrancou, em 2011.

Neste município, o “Punedu”, que é promovido pelo Serviço de Bibliotecas Municipais em colaboração com os Serviços Municipais de Educação, articula as ações realizadas nas bibliotecas públicas e estabelece a forma como organiza a coordenação com as bibliotecas escolares. O seu objetivo é o de “promover o uso da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem e pesquisa para melhorar a competência de leitura dos alunos nos centros educacionais da cidade.” (Baró & Raga, 2012, p. 222)

Nesta sequência, pode-se concluir, que o programa catalão é influenciado pelo programa da Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal, já que recomenda a criação de

uma rede de bibliotecas escolares, em Girona, com suporte técnico, formação e assessoria de bibliotecas públicas municipais (Baró & Raga, 2012). A estrutura de apoio proposta, Serviço de Bibliotecas Municipais, parece corresponder ao SABE.

O papel educacional das bibliotecas escolares é retomado por Todd (2011) para explicar, que um cenário de aprendizagem partilhada envolve as literacias e é mediado por todos os professores, especialmente pelo professor bibliotecário. O modelo de aprendizagem proposto baseia-se nas evidências e diz, que “ Há benefícios para os alunos quando as bibliotecas escolares e públicas comunicam e cooperam de forma mais eficaz.” (Todd, 2011, pp.12-13). Nesta sequência, diz que a cooperação faz com que os alunos mais ativos das bibliotecas escolares venham a assumir, no futuro, atitudes mais favoráveis à utilização das bibliotecas públicas.

No passado, as bibliotecas e outras instituições culturais não necessitavam nem de divulgar as suas atividades, nem sequer cooperar, porque os utilizadores afluíam, naturalmente, até elas, na opinião de Yarrow, Clubb & Jennifer-Lynn (2008). Contudo, as alterações da sociedade provocaram uma tendência inversa, já que a maioria das instituições está a incentivar soluções, com vista a dar visibilidade à potencial relevância do papel, que podem assumir nas comunidades e na vida diária dos seus utilizadores. Atualmente, são as instituições culturais, que chamam até si os utilizadores, colocando-se a tónica na experiência real e virtual de cada organização e nas suas coleções. Desta forma:

“Libraries, archives and museums are often natural partners for collaboration and cooperation, in that they often serve the same community, in similar ways. Libraries, archives and museums all support and enhance lifelong learning opportunities, preserve community heritage, and protect and provide access to Information.”

Yarrow et al., p.5

A cooperação entre as bibliotecas públicas e as escolares incorpora os seguintes tipos: redes e partilha de recursos; cooperação na criação de coleções; cooperação na prestação de serviços de informação e de educação; cooperação para incentivo da leitura e da alfabetização, conforme propõe Fitzgibbons (2000, pp.15-19).

Também, o papel educativo das bibliotecas escolares é unânime em autores, como Araújo (2014), Todd (2011) e Conde (2010) que se atribui, igualmente, às bibliotecas públicas, de acordo com esta última autora e com Calixto (2006, 2005) e com Brown (2015).

1.5. AS BIBLIOTECAS DE “USO PARTILHADO”

O conceito de cooperação das bibliotecas conhecidas por “Dual Use Libraries “Joint-use”, “Uso Duplo” ou de “Uso Partilhado” é abordado, transversalmente, nas investigações de Fernandes e Gaspar (2011) e de Gomes (2010). Considera-se importante analisar este tipo de bibliotecas, porque os conceitos intercetam públicos, práticas e modelos que envolvem a cooperação entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar. Haycock expõe o conceito desta forma:

“Dual use libraries (note: dual not duel!) are not new. The language changes over time but the essential elements remain the same. Whether discussing dual use libraries, the school-housed public library, the joint-use, combined, or community library, or co-located libraries, the basic principle is consistent: a common physical facility from which library services are provided to two ostensibly different communities of users.”

2006, p.488

Por uma questão de uniformidade, será aplicado o conceito de "Uso Partilhado". Tendo como pano de fundo a Europa, Das (2008) esclarece, que as bibliotecas de “Uso Partilhado” têm sido fomentadas pelos ministérios da educação de alguns países, consubstanciando a cooperação entre escolas e a biblioteca pública. Por outro lado, a mesma autora observa um interesse cada vez maior da investigação sobre as bibliotecas de “Uso Partilhado”, que tem conquistado uma atenção cada vez maior em muitos países europeus, uma vez que podem:

“(…) oferecer aos alunos os mesmos serviços que as bibliotecas escolares, de forma mais eficiente ou mesmo, substituí-las. Tal pode tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento das bibliotecas escolares se estas forem unicamente inspiradas em indicadores

económicos, e se o papel incerto da biblioteca escolar e pública não for reconhecido.”

Das, 2008, s.n.

De facto, aquela investigadora alerta para a necessidade de uma clarificação legal do papel da biblioteca pública e da biblioteca escolar para que não se anulem uma à outra, sobretudo em nome de motivos económicos, concordando com a posição de Bundy (2001). Das (2008) apoia a manutenção dos dois tipos de bibliotecas, destaca a complementaridade das suas funções, embora admita, que a cooperação e as mais-valias do “Uso Partilhado” sejam bons exemplos de cooperação desenvolvidos em várias partes do mundo desde a Escandinávia até à Austrália. Bundy confirma, que “A challenge for the Australian library sectors is to become better informed about the issues and many users they have in common, and to collaborate in practice and in advocacy for better, more accessible, libraries for all.”(2006, p. 138)

A definição da biblioteca de "Uso Partilhado " dada por Johnstone implica a formalização de parcerias sólidas entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares australianas, porque "A joint-use library is a library where services are provided from a single physical facility to two or more distinct groups of clients. Services are usually delivered under a cooperative arrangement and are jointly funded. “ (2011, s. n.)

No contexto nacional, a propósito do modelo colaborativo da Rede de Bibliotecas Escolares com as bibliotecas públicas Calçada (2008a) reconhece, que as bibliotecas de "Uso Partilhado" destinadas a um público com diferentes necessidades e perfis, comportam em si uma modalidade revestida de sucesso, confirmando a opinião de Das (2008). Para além disso, entende, que se trata de uma experiência, ao nível da qual se deve refletir, porque permite servir os alunos e a comunidade em geral, num quadro mais amplo, o da aquisição de competências e da formação ao longo da vida. Tendo, em conta, que a abertura da biblioteca escolar à comunidade constitui um dos seus objetivos, o conceito de biblioteca de "Uso Partilhado" corresponde ao modelo da biblioteca da escola. Deste modo, Calçada explica, que:

“Assim, as questões por detrás das “Joint Use Libraries” ou “Dual Use”, encontraram forma no terreno, antes da sua própria conceptualização teórica. Em zonas rurais, sem outros

equipamentos culturais para além da escola, a biblioteca escolar tornou-se na biblioteca da comunidade. Algumas bibliotecas públicas instalaram pólos nas bibliotecas escolares."

2008a, s. n.

A primeira coordenadora nacional da Rede de Bibliotecas Escolares traça uma realidade, em que a biblioteca pública não substitui a biblioteca escolar, mas coexiste com ela, dispondo de um núcleo específico, dentro do espaço escolar (Caçada, 2008a). A mesma autora (2008b) aprofunda esta coexistência, ao mencionar que as bibliotecas "têm hoje um uso dual, têm que ter os mesmos catálogos, têm que ter os mesmos instrumentos metodológicos, têm que ter o mesmo tipo de documentos na medida em que os podem partilhar e os podem permutar." (2008b, s. n.)

A Rede de Bibliotecas do Concelho de Moura confirma o discurso de Caçada, dispondo aquele município de bibliotecas de "Uso Partilhado" instaladas nas bibliotecas escolares dos Agrupamentos de Escolas de Moura e de Amareleja e nas diversas freguesias do concelho. A rede é dinamizada pela Biblioteca Municipal de Moura, que dispõe de um catálogo único, cartão único, pratica o empréstimo interbibliotecário, promove atividades conjuntas de literacia e encontra-se acessível ao público escolar e a toda a comunidade. (Câmara Municipal de Moura. Portal da Rede de Bibliotecas do Concelho de Moura, 2008). Retrieved from <http://moura.bibliopolis.info/>). Este modelo é replicado pela Rede de Bibliotecas de Arganil. (Fróis, 2012).

Também, os pressupostos teóricos das bibliotecas de "Uso Partilhado" são aprofundados por Mañà Terré e Baró Llambias (2005). Sustentam, que este tipo de bibliotecas não se deve resumir, meramente, a transformar a biblioteca pública numa biblioteca escolar ou esta numa pública. No entanto, as duas investigadoras admitem as potencialidades deste tipo de bibliotecas, já que "los beneficios se establecen para el usuario, por quanto las colecciones se incrementarían en cantidad y variedad, los servicios podrían ampliarse y diversificarse." (2005, p. 336)

As bibliotecas de "Uso Partilhado" situam-se dentro do perímetro escolar, com uma entrada pelo interior da escola para uso exclusivo de alunos e de professores e outra, no exterior para uso da comunidade. Haycock (2006) enuncia os benefícios das bibliotecas

de “Uso Partilhado”, que não se diferenciam muito das vantagens da cooperação entre as nossas bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, em conformidade com a literatura nacional. Contudo, Haycock (2006) enuncia duas desvantagens, que se prendem com a recusa da frequência da biblioteca por alguns adultos durante o horário escolar, preferindo um lugar separado dos alunos e uma segunda relativa à possível falta de centralidade da biblioteca. Este mesmo contexto, observava-se, em Portugal antes da criação da Rede de Bibliotecas Escolares, em que os utilizadores adultos das bibliotecas públicas e o público escolar sobrepunham-se, no mesmo espaço, criando conflitos, devido ao ruído exagerado dos estudantes (Calixto, 1994).

As bibliotecas de “Uso Partilhado” deparam-se com um vasto leque de problemas, pelo que se irá enumerar as consideradas mais pertinentes, consoante Haycock (2006):

- Falha nos órgãos de gestão e na definição de responsabilidades;
- Falha na planificação por falta de previsão de todos os aspetos;
- Falta de reconhecimento das autoridades escolares pelos funcionários da biblioteca pública;
- Orçamento inadequado (pessoal, materiais, equipamentos);
- Instalações físicas inadequadas;
- Edifícios com áreas mal dimensionadas para comportar os fundos documentais e atender adequadamente às necessidades de todos os potenciais utilizadores;
- Falta de estacionamento adequado para o edifício;
- Horários limitados que funcionam como barreiras à utilização da biblioteca pela comunidade local;
- Diferentes funcionários com várias categorias, horários de trabalho e ordenados também diferentes;
- Reações negativas entre os bibliotecários escolares, face ao modelo das bibliotecas de "Uso Partilhado";

- Desvalorização dos bibliotecários daquele tipo de bibliotecas;
- Dificuldade de manter a liberdade intelectual e confidencialidade;
- O receio de que as diferenças fundamentais entre as duas instituições sejam ignoradas;
- A tendência para ser demasiado centrada na escola não servindo os critérios sociais, culturais e de aprendizagem, necessidades da comunidade local;
- A relutância dos membros da comunidade;
- As dificuldades no acesso dos adultos à escola durante o dia.

As bibliotecas de "Uso Partilhado" exigem uma planificação adequada e têm de combinar os pontos fortes da biblioteca pública e da biblioteca escolar, porque se assim for, pode-se melhorar o acesso a um vasto domínio de recursos e serviços, reconhecendo-se uma dualidade de funções, embora com objetivos comuns (Haycock, 2006). Assim, pode-se concluir, que este tipo de biblioteca reveste-se de uma complexidade representada num conjunto de formalismos, com divisão de responsabilidades bem definidas em termos de financiamento e de recursos humanos entre a escola e a comunidade e, acima de tudo exige uma planificação de trabalho conjunto, sem esquecer a conciliação dos interesses dos adultos e dos alunos e professores.

Não se pode concluir, que haja uma unanimidade em torno das bibliotecas de "Uso Partilhado", apesar do enunciado das suas vantagens e da sua localização preferencial em comunidades rurais pouco povoadas. Na opinião de Calçada (2008a, 2008), a biblioteca escolar é uma biblioteca de "Uso Partilhado" e opta por um modelo de coexistência entre a biblioteca escolar e a biblioteca pública, tal como Das (2008). Esta investigadora, que acredita no sucesso das bibliotecas de "Uso Partilhado" faz ressaltar, que este tipo de bibliotecas não pode ser instalado por motivos meramente economicistas, como se disse antes.

1.6. AS REDES/PORTAIS CONCELHIOS DE BIBLIOTECAS

A partir de 2009, aumentou o interesse da investigação sobre a cooperação e a sua visibilidade nas Redes/Portais Concelhios de Bibliotecas, bem visível em artigos e em algumas teses de mestrado. Afonso e Silva (2009) afirmam, que a associação entre o ministério da educação e o ministério da cultura lançou as bases da Rede de Bibliotecas Escolares e permitiu a consolidação de verdadeiras parcerias entre as bibliotecas públicas e as escolares. As parcerias lançaram as bases do trabalho em rede, que se viria a formalizar com a assinatura dos contratos-programa/acordos de cooperação, que na cláusula 7.^a, ponto 6, recomenda a criação e manutenção de portais/plataformas digitais e atualização do catálogo coletivo concelhio.

As Redes Concelhias de Bibliotecas resultam da progressiva transferência de atribuições pela administração central aos municípios (Duque, 2010). Agregam um conjunto de políticas, que se unem em torno de projetos comuns, rentabilizando os recursos existentes, muito dinamizados por grupos de trabalho compostos por elementos das bibliotecas públicas e escolares e por autarcas. Esta perceção parece configurar uma etapa preparatória dos futuros Portais Concelhios de Bibliotecas, muito suportados pelas novas tecnologias.

Os catálogos em linha são uma preocupação contínua da Rede de Bibliotecas Escolares para a qual preparou o PCCRBE - Programa para a Criação de Catálogos Coletivos da Rede de Bibliotecas Escolares (2008). Este *software* acabaria por ser disponibilizado a outros parceiros, nomeadamente às bibliotecas públicas, porque os catálogos em linha são encarados, como um instrumento prioritário da cooperação (Calçada, 2008b).

O funcionamento de uma Rede Concelhia integra os fins, objetivos e estratégias estabelecidos por um leque mais vasto de parceiros: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas, Rede de Bibliotecas Escolares, Rede Portuguesa de Arquivos e Rede Portuguesa de Museus (Almeida, 2015). As Redes/Portais Concelhios representam ferramentas digitais imprescindíveis para o desenvolvimento das bibliotecas públicas e escolares, pois oferecem um conjunto alargado

de recursos, fruto do trabalho cooperativo e representam um salto qualitativo na aproximação ao trabalho articulado entre bibliotecas (Almeida, 2015).

Por outro lado, a colocação online do catálogo constitui o ponto de partida para a criação do Portal Concelhio, a partir do qual se disponibilizam recursos informativos e formativos aos utilizadores. A referida investigadora estudou 45 portais concelhios e destaca a preponderância das bibliotecas escolares em número de 379 (81%) seguidas pelas bibliotecas públicas, em número de 58 e de outras bibliotecas em número de 29, observando-se o domínio das bibliotecas escolares, que tem a ver em parte com o muito maior número de bibliotecas escolares.

1.7. A COOPERAÇÃO NAS RECOMENDAÇÕES DA IFLA/UNESCO

As linhas orientadoras dos Manifestos da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas (1994) e sobre as bibliotecas escolares (1999) recomendam, tal como o relatório de Moura, Silva, Figueiredo, Rodrigues e Casteleiro (1996), a cooperação como uma prioridade para o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

“Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. A rede de bibliotecas públicas deve ser criada em relação com as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias.”

Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, 1994

Por sua vez, o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre a biblioteca escolar faz questão de salientar, que “As bibliotecas escolares articulam-se com as redes de informação e de bibliotecas de acordo com os princípios do Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO e que ” (...) A biblioteca escolar é um parceiro essencial das redes local, regional e nacional de bibliotecas e de informação (...) e para garantir a eficácia e avaliação dos serviços deve estimular “A cooperação com professores, gestores escolares

experientes, administradores, pais, outros bibliotecários e profissionais de informação, e grupos da comunidade.” (s.n.)

O peso atribuído à cooperação resulta de um conjunto de vantagens, das quais se salientam: a cooperação enquanto indutora de benefícios económicos; a cooperação enquanto indutora de benefícios ao nível da otimização do tempo; a Rede enquanto facilitadora do processo de aprendizagem; a cooperação enquanto mecanismo de legitimação e prestígio, a cooperação enquanto facilitadora da comunicação e discussão.

Para o utilizador, as vantagens da cooperação visam melhorar o serviço prestado, simplificar os processos, facilitar o maior fluxo de informação disponibilizada e proporcionar-lhe um melhor atendimento.

1.8. AS VANTAGENS DA COOPERAÇÃO

A revisão crítica da literatura privilegia as vantagens da cooperação, quer entre as bibliotecas públicas e entre estas e as escolares, de que se destacam: Fernandes (2011), Conde e, Guerreiro (2010), entre outros investigadores de referência, na transição do século XX para o século XXI. No plano internacional, Aragon (2017) destaca a importância da cooperação entre as bibliotecas brasileiras.

As vantagens da cooperação permitem: “contacto com os profissionais que falam a mesma língua; potenciar e partilhar as competências específicas dos diferentes profissionais envolvidos; rentabilizar energias, dividindo tarefas; desenvolver projetos de maior amplitude; poupar tempo; poupar dinheiro; dar visibilidade às várias instâncias envolvidas (Fernandes, 2011,p.23).

O trabalho conjunto entre as duas unidades documentais revela dimensões comuns, que constituem a verdadeira base da cooperação (Conde, 2010). Assim, considera-se, que os aspetos comuns apontados pela mesma autora induzem vantagens da cooperação:

- 1) O papel informativo da biblioteca escolar/ biblioteca pública, enquanto serviços de informação e enquanto sistemas de informação em rede;

2) O papel educativo da biblioteca escolar/ da biblioteca pública, enquanto espaços de trabalho, estudo e aprendizagem e enquanto estruturas de formação para as literacias e enquanto resposta para a inclusão;

3) O papel cultural da biblioteca escolar/biblioteca pública, enquanto pólos de criação de novos públicos e de formação de leitores e enquanto membros cooperantes de outros organismos e redes.

Nas áreas da cooperação, Guerreiro (2010) segue um modelo proposto por Merlo Vega (1998), dividido em oito áreas, que são dilatadas, principalmente, pelas ferramentas facultadas pela Web.

1) Comunicação entre os profissionais, pois os canais de comunicação são imprescindíveis em qualquer organização, possibilitando maior circulação de informação, conhecimento e criatividade entre os profissionais das bibliotecas;

2) Aquisição e desenvolvimento de coleções, que se subdivide em duas vertentes. A primeira refere-se à cooperação entre as bibliotecas e as editoras e a segunda à cooperação entre bibliotecas para aquisições conjuntas. Nos dois casos, os catálogos em linha agilizam o processo;

3) A aquisição e o desenvolvimento das colecções implicam uma política de aquisição conjunta de documentos. Esta prática pode desenvolver-se sob diversos moldes: a) aquisições por área especializada, b) propriedade conjunta, c) acordos de pré-aquisições com o objetivo de definir o que cada biblioteca compra. Independentemente das soluções adotadas, esta prática evita a duplicação de suportes documentais, enriquece a base de dados e contribui para uma redução de custos;

4) O tratamento documental é muito provavelmente o tipo de cooperação mais praticado pelas bibliotecas e que traz as maiores vantagens. É uma rotina documental, que exige formação adequada e muito tempo. Por isso, a catalogação partilhada, por meio de catálogos coletivos ou da partilha de bases de dados, possibilita uma economia de tempo no processo de catalogação e facilita o acesso a grandes bases de dados bibliográficas comuns. A catalogação partilhada envolve um conjunto de requisitos

indispensáveis e para evitar a sua inviabilização, devem utilizar-se normas de catalogação comuns e software compatível;

5) O empréstimo interbibliotecário é facilitado pela constituição de catálogos coletivos. Este tipo de empréstimo tem como finalidade central oferecer o acesso do maior número de informação possível ao utilizador diminuindo as desigualdades e favorecendo a democratização do direito à informação (Alasne, 2005). A criação de um cartão de utilizador único permite requisitar documentos pelo utilizador de uma biblioteca em qualquer biblioteca da rede ou consórcio;

6) A conservação dos documentos não se mostra uma área de grande visibilidade, mas pode contribuir para a criação de um arquivo comum que garanta a conservação de documentos pouco procurados ou a preservação de coleções patrimoniais;

7) A cooperação pode desenvolver-se nas vertentes do apoio técnico entre profissionais, bem como no planeamento conjunto de ações de formação. Dentro desta área, pode beneficiar-se do intercâmbio de profissionais com vista à aquisição e partilha de conhecimentos., com destaque para o planeamento de atividades culturais e promoção do livro e da leitura, surgindo como práticas possíveis a compra de pacotes de atividades junto das empresas ou escritores;

8) A investigação e a elaboração de projetos comuns passam pelo desenvolvimento e afirmação de uma ciência, a partir da investigação realizada nesse âmbito. A partilha de conhecimentos, estudos e experiências constitui uma das grandes vantagens da cooperação.

A participação das bibliotecas em redes dinâmicas de cooperação tem permitido apoiar as bibliotecas, principalmente, as que dispõem de menores recursos, pois desta forma podem assumir os seguintes desafios: acesso à informação e ao conhecimento para os seus utilizadores, na oferta de serviços de qualidade e de aperfeiçoamento técnico. A cooperação possibilita um crescimento das oportunidades, no sentido em que se aproveitam as sinergias originadas. No entanto, torna-se necessário à cooperação, que “ (...) todos os seus participantes devem perceber vantagens e assimetria nos ganhos dos membros para sua manutenção.” (Aragon, 2017,p. 40)

A mesma autora acrescenta, que a diversidade das equipas desenvolve a criatividade e a inovação, porque se está na presença de uma diversidade de acervos e experiências, que se traduzem nas diferentes perspetivas, quando se analisam problemas comuns. Uma instituição, que coopere em rede, de acordo com Feres (2015) revela “(...) benefícios para a organização em rede, que são: a construção de conhecimento; o abandono de abordagens e práticas tradicionais; o desenvolvimento tecnológico; o aumento da qualidade e produtividade de serviços, produtos e processos; a ascensão pela transferência de tecnologia e pela sistematização de processos.” (citado in Aragon, 2017, p.40)

As bibliotecas precisam de cooperar entre si, porque esta estratégia influencia a adoção de normas e padrões comuns e demonstrará impacto em todas as atividades de formação, como forçará novas ações de cooperação (Cunha, 2008, citado in Aragon, 2017, p. 41). Nesta linha de pensamento, a cooperação entre bibliotecas pode ser vista como um recurso para promover condições competitivas de baixo custo e com maior acesso à informação e ao conhecimento.

1.9. FATORES CRÍTICOS DA COOPERAÇÃO

Não obstante a cooperação apresentar vantagens, o trabalho conjunto entre as bibliotecas pode acarretar algumas disfuncionalidades, na opinião de Guerreiro (2010), que as considera, como um reflexo de processos cooperativos mal organizados que desconhecem os fatores críticos identificados por Thorhauge (1997).

Estes obstáculos têm em conta: a burocracia, que envolve as estruturas da tutela; a morosidade da tomada de decisão; a necessidade contínua de coordenação; a perda de independência; a desigualdade de participação; a interdependência no planeamento e a gestão de projetos; a formulação de objetivos e regras; a disponibilidade de recursos.

O conceito de territorialidade foi mencionado, como uma barreira por Brown (2015), porque alguns professores e alguns bibliotecários não se apercebem das necessidades dos alunos ou, porque sentem a cooperação como uma ameaça aos seus

lugares profissionais. Ainda, segundo a mesma autora, este aspecto leva a outro obstáculo à colaboração, que é o desconhecimento dos papéis, que professores e bibliotecários desempenham. Muitos bibliotecários da biblioteca pública não conhecem nem a missão dos bibliotecários escolares, nem as suas funções e, portanto, não sabem como podem ser parceiros num trabalho conjunto.

Por outro lado, Brown (2015), cuja linha de pensamento se tem vindo a desenvolver acrescenta: “Public and school librarians do not have time to learn about the other’s job and responsibilities, and they often do not have contact with librarians in other settings.” (p. 10). A mesma autora conclui, que a fadiga da parceria ou a sobrecarga atribuída aos responsáveis das duas bibliotecas, constitui um fator crítico, quando a sua formação é inadequada ou não se observa uma gestão correta do tempo.

Nesta investigação, pretendeu-se fazer uma revisão crítica da literatura científica com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre a cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares. A avaliação dos artigos e das teses de mestrado identificaram relações entre os dois tipos de bibliotecas, confirmaram o impacto positivo da cooperação e comprovaram problemáticas. Esta investigação não se pode considerar um trabalho terminado, mas sim um processo em curso, que se irá aprofundando com a elaboração da tese. As fontes foram selecionadas, através de pesquisa bibliográfica desenvolvida com recurso a catálogos de bibliotecas (Bell, 2010), aos repositórios RCAPP B-On, Latindex, Dialnet e Recolecta, e com o recurso a revistas especializadas (Cadernos BAD e Páginas a &) e ainda aos artigos publicados em acesso aberto.

O quadro cronológico abarcou os textos publicados nos últimos sete anos (indicativo de tendências), embora tenha sido necessário retroceder à primeira década do século XXI e os últimos anos do século XX. Esta opção justifica-se, porque neste período foram publicados artigos de autores de referência, que investigaram as problemáticas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e o arranque da Rede de Bibliotecas Escolares, bem como os estudos preparatórios desta última rede. Uma segunda razão, que fez recuar a pesquisa bibliográfica explica-se pela escassez de literatura científica referente à cooperação entre as bibliotecas públicas e as escolares.

O enquadramento da temática investigada procurou contextualizar as práticas conjuntas dos dois tipos de bibliotecas, no domínio da cooperação e induzir perspetivas de futuro, que sustentem a existência de bibliotecas, numa época em que os cidadãos cada vez mais questionam os investimentos públicos. As pesquisas foram realizadas com o recurso a operadores lógicos, empregando as palavras-chave: bibliotecas públicas; bibliotecas escolares; cooperação; redes/portais concelhios de bibliotecas; bibliotecas de “Uso Partilhado”. Complementarmente, foi utilizado o Google Académico como auxiliar na análise de citações e de importância dos textos recuperados na pesquisa bibliográfica.

1.10. PERSPETIVAS DE FUTURO

Se a biblioteca pública é considerada a unidade – base de desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares (Calçada, 2003), as perspetivas para o futuro recomendam em primeiro lugar, se é possível estabelecer uma relação direta entre o cumprimento dos contratos – programas e os recursos humanos/orçamentais necessários ao SABE. Será, que assinatura de um documento corresponde à disponibilização de mais recursos? Por sua vez, a montante, torna-se urgente investigar quais os problemas, que afetam a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e o SABE, no que diz respeito às relações com a biblioteca escolar, porque a cooperação é um investimento (Calixto, 2008, 2005).

Desta forma, a presente investigação poderá contribuir para uma transformação das bibliotecas públicas, que possa responder às ameaças e oportunidades colocadas pela sociedade em rede. Assim, esta investigação pretende oferecer o seu contributo para um reequacionamento de parcerias estratégicas de cooperação, onde a biblioteca pública e a biblioteca escolar desenvolvam um paradigma centrado na prestação de melhores serviços às pessoas. Será que a cooperação, com destaque para o SABE, está a trabalhar com a finalidade da biblioteca escolar formar os alunos para que sejam os futuros utilizadores das bibliotecas públicas?

2 FINS E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO E ABORDAGEM DOS MÉTODOS

A formulação da pergunta inicial de partida constitui a base para o desenvolvimento do projeto de estudo de caso, de acordo com Yin (2015), que recomenda questões “como” e “por que”, no sentido em que são mais explicativas. A definição da pergunta inicial de partida possibilita o estabelecimento dos fins e objetivos, sendo a tarefa inicial, que irá clarificar a natureza das questões de estudo e o desenvolvimento da tese.

Questão de partida

No contexto dos desenvolvimentos ocorridos nas bibliotecas públicas e escolares em Portugal a partir da década de 1980, como se tem processado a cooperação entre estas instituições, tendo especialmente em atenção o papel do Serviço de Apoio às bibliotecas escolares?

Fins

O propósito deste estudo é proceder a uma investigação simultaneamente alargada e, em casos selecionados, em profundidade, sobre as atividades de cooperação entre as bibliotecas públicas e escolares ao longo das últimas três décadas, aferindo os modos de desenvolvimento desta cooperação, as limitações e os obstáculos enfrentados, bem como as vantagens e os resultados conseguidos. Este trabalho deverá ainda elaborar uma proposta de um modelo de cooperação que responda às limitações e dificuldades encontradas e possa ser uma ferramenta para ajudar a ultrapassar essas limitações.

Na prossecução destes fins, os objetivos a seguir enunciados serão um guia de orientação no desenhar de um trajeto, que procurará lançar bases mais sólidas do que as atualmente existentes. Assim, sendo este trabalho deverá:

1. Examinar as práticas de cooperação das bibliotecas públicas e escolares portuguesas, utilizando para tal, métodos mistos de investigação social, e confrontando essas práticas com a literatura portuguesa e internacional

mais recente sobre o assunto;

2. Identificar vantagens e benefícios, mas também as principais dificuldades e obstáculos encontrados na concretização dessa cooperação para mencionar indicadores;
3. Examinar o processo de adaptação das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares à institucionalização de formas de cooperação através do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE);
4. Estudar o espaço, os recursos humanos e financeiros, a formação contínua, a coleção, atividades e as relações interpessoais para comprovar a eficácia da cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares;
5. Estabelecer uma proposta de um modelo de cooperação com base nos resultados conseguidos para responder às limitações e dificuldades encontradas e que possa ser uma ferramenta para ultrapassar essas limitações.

2.1. A AMOSTRA

Nas ciências sociais, é habitual designar por casos de investigação, as pessoas singulares ou coletivas, as famílias, as instituições ou as empresas sobre quem recai a recolha de dados, ou seja, a investigação. O conjunto de casos é o universo ou a população (Hill & Hill, 2016). Nesta linha de pensamento, as bibliotecas públicas, o SABE, as bibliotecas escolares, os coordenadores interconcelhios da Rede de Bibliotecas Escolares e os professores bibliotecários constituirão o universo da investigação. Na maior parte das vezes, o investigador não dispõe nem de tempo, nem de recursos ajustados para recolher

os dados do universo, razão pela qual recorre a uma amostra de um todo com a finalidade de analisar os seus dados, retirar conclusões e replicar as conclusões para o universo.

A generalização analítica proposta para os estudos de caso por Yin (2015) recomenda uma posição atenta para se evitarem raciocínios errados, como a “amostragem de casos” ou o “tamanho pequeno da amostragem de casos, como se um estudo de caso único - ou de casos múltiplos – fosse equivalente aos respondentes de um levantamento.” (p. 45). Os estudos de caso não procuram a generalização estatística, não são “unidades de amostragem” e também serão em número pequeno demais para servir como uma amostra adequada para representar qualquer população maior. Em vez de pensar-se num caso como uma amostra “(...) deveria pensar nele como uma oportunidade para lançar luz sobre conceitos ou princípios teóricos, não muito diferente do motivo de um investigador de laboratório.” (Yin, 2015, p.44).

Mesmo a consideração de uma amostra intencional pode criar problemas conceituais e terminológicos, podendo acarretar o risco de conduzir erradamente as pessoas a pensar, que o caso vem de um universo maior ou de uma população de casos idênticos de maior dimensão. Assim, tal como Yin (2015), opta-se por não remeter a futura investigação para qualquer tipo de amostragem, quer intencional ou não, apostando-se nos critérios de escolha de casos múltiplos. Esta modalidade sustenta uma lógica de replicação e não de amostra, em que depois da descoberta de um resultado significativo, a prioridade seguinte funda-se em replicar esse achado em um ou mais experimentos.

Nesta linha de pensamento, propõe-se um projeto de estudo de casos múltiplos mais complicado, de “duas extremidades”, no qual os casos das duas extremidades (de alguma condição teórica importante, tal como resultados extremamente bons e resultados extremamente maus) foram deliberadamente escolhidos.” (Yin, 2015, p. 65)

A amostra tem, como objeto, todas os bibliotecários das bibliotecas públicas dos 308 municípios, integradas ou não na Rede Nacional das Bibliotecas Públicas, os técnicos responsáveis pelos SABE, se os houver, todos os professores bibliotecários e os 45 coordenadores interconcelhios da Rede de Bibliotecas Escolares com a aplicação de inquéritos por questionário, a enviar através de formulários eletrónicos. No estudo de

casos múltiplos, que abrangerá 2 concelhos, a partir da complexidade de “duas extremidades”, serão recolhidos dados dos bibliotecários das bibliotecas públicas, dos técnicos responsáveis pelo SABE, caso existam e, dos professores bibliotecários, recorrendo a entrevistas e à observação não participante.

2.2. MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

2.2.1. MÉTODOS

Este estudo procura compreender as relações complexas entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares para investigar as práticas atuais e perspetivar práticas de futuro. Alguns investigadores dos métodos qualitativos defendem a inexistência de uma oposição radical entre as diversas abordagens nas ciências sociais e humanas, devido a um *continuum*, enquanto outros insistem na dicotomia qualitativo/quantitativo (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

Nesta sequência, a opção pelos métodos mistos explica-se pelo facto de que desde os anos 80 do século XX, os enfoques mistos de investigação ganharam força, ultrapassando-se o antagonismo quantitativo/qualitativo, já que se aposta na complementaridade dos dois métodos, podendo combinar-se métodos e técnicas de recolha de dados no mesmo estudo (Coutinho, 2014).

Os métodos mistos colocam a utilização das duas abordagens no mesmo plano de igualdade, pois permitem conciliar os pontos fortes e os pontos fracos do método quantitativo e do método qualitativo, segundo Gorman e Clayton (citado in Alvim, 2015). Na presente investigação, optou-se pelos métodos mistos, como foi referido, porque as duas abordagens são complementares e conciliáveis, dependendo do que se procura estudar e das questões a que se pretende responder. Nesta linha de pensamento:

“Os investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles (...) enquanto que os investigadores qualitativos estão mais interessados em compreender as perceções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística. (...). Contudo, há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem a técnicas quantitativas, e vice-versa.”

Bell, 2010, pp. 19-20

O termo qualitativo, consoante Denzin e Lincoln” implica uma ênfase na qualidade das entidades estudadas e nos processos e significações que não são examináveis experimentalmente nem mensuráveis, em termos de quantidade, crescimento, intensidade ou frequência.” (citado in Amado, 2013, p.40). Também, de acordo, com os mesmos autores, a abordagem da investigação qualitativa acentua o cariz social da construção da realidade, a relação próxima entre o investigador e o objeto do estudo, bem como os obstáculos situacionais que incorporam a investigação. Nesta linha de pensamento, “o laboratório do investigador qualitativo é a vida do dia-a-dia e não pode ser metido num tubo de ensaio, ligado, parado, manipulado ou enviado pelo esgoto.” (Morse, 2007, p.129)

Ao contrário da investigação quantitativa, em que o investigador dispõe de instrumentos já existentes ou por si elaborados, mais ou menos padronizados ou recomendados pela literatura, o método qualitativo depara-se com a diversificação do trabalho de recolha e análise de dados, que coloca muitas vezes problemas inesperados, que requerem criatividade e flexibilidade. Na investigação qualitativa, os instrumentos e a postura do investigador são difíceis de uniformizar em todas as situações de pesquisa.

Devido a este motivo não se observa um consenso geral, quanto à classificação dos métodos de investigação qualitativa, como explica um leque de autores, de que se destacam Denzin e Lincoln, 1994, Gómez et al.,1996 e Guba e Lincoln, 1994, entre outros. Ainda assim, para Denzin e Lincoln (1994), as palavras-chave comuns a todas as investigações qualitativas são: complexidade, subjetividade, descoberta e lógica indutiva. De acordo com Flick (1998, citado in Coutinho, 2014, p.294), a característica que possibilita identificar a natureza qualitativa de uma investigação é a “sua não linearidade”, em que a linearidade dos métodos clássicos é substituída pela interatividade em todas as fases da pesquisa (problema, recolha de dados, hipótese, constituição da amostra), que originam um modelo de investigação, onde aquele autor define a “circularidade”, como uma característica principal.

O propósito dos estudos qualitativos pretende compreender/interpretar os fenómenos do “mundo humano”, no seu todo e no contexto em que se desenvolvem. Têm como finalidade, a compreensão do significado ou da interpretação dada pelos próprios sujeitos envolvidos, podendo, eventualmente, conhecer-se o foco do problema durante o

processo de observação e de realização de entrevistas (Coutinho, 2014). As evidências da investigação qualitativa surgem na sua conjuntura natural e são compreendidas no contexto sociocultural, empregando-se um método indutivo para clarificar os fenômenos observados.

Deste modo, o pólo técnico da investigação qualitativa recorre à observação e à entrevista, de acordo com Lawal (2009), que se revelam adequadas para os estudos qualitativos em bibliotecas e em Ciência da Informação (citado in Alvim, 2015). Por outro lado, Lessard-Hébert, Goyette, Boutin (1994) acrescentam ao pólo técnico, para além da observação e da entrevista, a análise documental. O papel e o perfil essencial do investigador qualitativo assentam em três posturas, de acordo com os objetivos traçados: a ética centrada na perspetiva das pessoas estudadas; a ética focalizada na perspetiva do investigador; a terceira postura combina as características de ambas (Freitas (2013).

Sob o ponto de vista ontológico, a investigação qualitativa, de acordo com Guba (1990), assume uma posição relativista, que reconhece a existência de múltiplas realidades (citado in Coutinho, 2014). São construções mentais, principalmente, localizadas e alicerçam-se numa epistemologia subjetivista, que valoriza o papel do investigador/construtor de conhecimento. O método qualitativo procura trocar as noções científicas do positivismo quantitativo pelas de compreensão, significado e ação (Coutinho, 2014).

Para a investigação qualitativa o enfoque centra-se num modelo fenomenológico em que a realidade se baseia nas perceções dos sujeitos com o fim de apreender e encontrar significados, por meio de narrativas verbais e de observações, substituindo os dados numéricos. A abordagem qualitativa das questões sociais e educativas procura penetrar na vida pessoal dos sujeitos “(...) para saber como interpretam as diversas situações e que significado tem para eles.” (Latorre et al., 1996, p.42, citado in Coutinho, 2014, p.13), para compreenderem a complexidade do mundo.

As características dos estudos qualitativos, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, pp. 47-50), são as seguintes:

- 1) Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;

- 2) A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números;
- 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.

Não se apresenta fácil a aceitação de uma definição unívoca para os estudos qualitativos, na opinião de Coutinho (2014). Contudo, a mesma autora refere, que neste tipo de investigação:

“A nível concetual, o objeto de estudo da investigação não são os comportamentos, mas as intenções, ou seja, trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações individuais a partir da perspetiva dos atores intervenientes no processo.”

p. 26

Por outro lado, a investigação quantitativa focaliza-se na análise de factos e fenómenos observáveis e em dados numéricos resultantes da medição/avaliação em variáveis comportamentais e/ou socio afetivas, que podem ser medidas, relacionadas ou comparadas, no decurso da investigação. A perspetiva quantitativa, na opinião de (Coutinho, 2014), atribui importância aos factos, comparações, relações, causas, produtos e resultados do estudo.

Devido ao cariz desta investigação sobre a cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares, propõe-se a utilização de métodos mistos com o propósito de compreender o significado e ação dos profissionais dos dois tipos de bibliotecas. O método qualitativo e o método quantitativo serão os instrumentos aplicados no estudo a desenvolver durante a elaboração da tese.

2.3. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso, como estratégia de investigação, é uma das mais desenvolvidas, nos estudos realizados em ciências sociais e humanas (Yin, 2015), devido ao facto de assumir uma modalidade, que envolve vários métodos. O mesmo autor diz, que um estudo de caso pode-se definir como:” (...) uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.” (p.37), em que se recolhem sobretudo fontes de evidência qualitativas.

A definição de estudo de caso é unívoca, na opinião de Coutinho (2014), pois apresenta quatro características: é um sistema limitado, onde o investigador define com clareza o foco da investigação; preocupa-se em preservar o carácter único do caso; a investigação decorre em ambiente natural; recorre-se a fontes diversificadas de dados e a instrumentos de recolha de trabalho, tais como observação direta e indireta, entrevista, inquérito por questionário, narrativas, etc.

Os estudos de caso podem ser holísticos ou não, dependendo da forma como é desenhado o projeto de estudo. São holísticos, quando forem trabalhados, segundo a sua natureza qualitativa, de acordo com Yin (2015). Deste modo, a futura tese, irá seleccionar um estudo múltiplo, simultaneamente holístico e integrado, provido de duas unidades integradas de análise. A definição de estudo de caso pode ser ampliada, na medida em que: “A finalidade da pesquisa, essa, é sempre holística (sistémica, ampla, integrada) ou seja, visa preservar e compreender o caso no seu todo e na sua unicidade.” (Coutinho, 2014, p. 293). A natureza interpretativa dos estudos de caso faz com que se possam registar alterações das questões iniciais do estudo, à medida que avança nesta fase e, em que se enumeram questões temáticas obrigatórias para a orientação da estruturação das observações, das entrevistas e da revisão de documentos (Yin, 2015).

No decurso da compreensão do caso, o investigador pode confrontar-se com novas observações e comprovação das antigas, permitindo-lhe reconfigurar as questões temáticas iniciais. Portanto para Yin (2015), a função interpretativa constante do investigador é relevante, no sentido em que poucos estudos de caso chegam ao fim, tal

como, previamente, tinham sido planeados, tanto nos estudos quantitativos, como nos qualitativos. Também, de acordo com esta referência, apenas são aceitáveis a reformulação das questões iniciais de investigação, quando se desenvolvem casos holísticos, devendo-se perspetivar um justo equilíbrio, na equação entre o projeto inicial e a formulação de novas questões iniciais (Yin, 2015).

O estabelecimento das proposições particulariza perguntas, porque é uma “estratégia preferida quando se colocam questões “(...) como “e “por que”; por isso, a sua tarefa inicial é esclarecer, precisamente, a natureza de suas questões de estudo a esse respeito.” (Yin, 2015, p.37). No âmbito das questões iniciais de partida, tem de se definir uma unidade de análise e na opinião de Yin, cada unidade de análise obriga a uma estratégia diferente de recolha de dados, logo, num desenho de estudo de caso, podem coexistir uma ou mais unidades de análise (Yin, 2015).

Os estudos de caso podem ser classificados em estudos de caso único ou em estudos de caso múltiplos, quando investigam mais de um caso, caracterizando-se por uma grande variedade de formas (Bogdan & Biklen, 1994). Para o trabalho futuro da tese, propõe-se um estudo explanatório ou explicativo múltiplo, pois procura informação, que permite o estabelecimento de relações de causa efeito, isto é, pesquisa-se a causa, que melhor explica o fenómeno estudado e todas as suas relações causais, sendo os mais visíveis, em conformidade com Yin (2015).

Os estudos de casos múltiplos contribuem para um estudo mais convincente e a investigação deve ter, como meta, pelo menos, o estudo de dois casos, de acordo com Yin (2015). Os estudos de caso dividem-se em intrínsecos, instrumentais ou coletivos. Este último tipo de caso assume a tipologia de instrumental, quando se alarga a vários casos para permitir, através da comparação, conhecimento mais profundo sobre o fenómeno, população ou condição (Coutinho, 2014), sugerindo-se a sua utilização, no desenvolvimento da tese.

No método qualitativo, a triangulação surge, como uma estratégia importante de validação de estudos de caso, porque permite a combinação dos métodos para o seu estudo (Yin, 1993, Hamel, 1997, Stake, 1994, 1999 & Flick, 2004 citados in Meirinhos & Osório,

2010, p.60). Por outro lado, a triangulação possibilita a obtenção de duas ou mais fontes de informação e dados referentes ao mesmo acontecimento, que aumentam a fiabilidade da informação. Desta forma, “(...) qualquer achado ou conclusão do estudo de caso e, provavelmente, mais convincente e acurado se for baseado em diversas fontes diferentes de informação, seguindo uma convergência semelhante” (Yin, 2015, p.124)

O sucesso de um estudo de caso, na opinião de Yin (2015), exige uma boa preparação, que se desenvolve em torno de cinco tópicos: as habilidades e os valores desejados ao investigador do estudo de caso (1) e de outros quatro tópicos adicionais, indispensáveis à formalização de qualquer preparação para um estudo de caso, nomeadamente a preparação para um estudo de caso específico (2), o desenvolvimento de um protocolo para a investigação (3), a triagem dos candidatos ao caso (4) e de um estudo de caso piloto (5). Em conformidade com Yin (2015), as habilidades exigidas para a recolha de dados são mais exigentes do que as necessárias para o método quantitativo, pelo que refere “Apenas um pesquisador alerta será capaz de tirar vantagem das oportunidades inesperadas em vez de ser atrapalhado por elas - enquanto ainda tomará cuidado suficiente para evitar os procedimentos potencialmente parciais.” (p.76)

Os estudos de caso não dispõem de controlos de entrada para avaliação das habilidades necessárias ao seu desenvolvimento, mas Yin (2015) apresenta uma lista básica de habilidades habitualmente exigidas: uma pessoa deve ser capaz de fazer boas perguntas; ser um bom ouvinte; permanecer adaptável para que situações novas possam ser vistas como oportunidades em vez de ameaças; ter noção clara dos assuntos em estudo; ser imparcial e sensível a evidências contrárias e a questões éticas no decurso da investigação.

Depois da formulação pergunta inicial de partida, segue-se o desenvolvimento do projeto de estudo de caso, que requer a elaboração de um protocolo (o instrumento, os procedimentos e as regras gerais reguladoras da recolha de dados). O protocolo mostra-se muito útil para aumentar a confiabilidade dos estudos de caso.

O estudo de caso, pode ser definido em duas partes, de acordo com Yin (2015). A primeira parte considera, que “O estudo de caso é uma investigação empírica que

investiga um fenómeno contemporâneo, o “caso” em profundidade e no seu contexto do mundo real. A segunda parte da definição justifica-se, na medida, em que o fenómeno e o contexto nem sempre são facilmente diferenciáveis nas situações do mundo real. Por isso, quando a investigação se depara com múltiplas fontes de evidência, torna-se necessário convergir os dados, de forma triangular, beneficiando a orientação, a recolha e a análise de dados.

O papel do investigador remete para a relação - sujeito/objeto - na investigação dos estudos de caso. Os enfoques positivistas acreditam na ideia do observador neutro, sem influência sobre o objeto de investigação, que permite uma visão objetiva do fenómeno, eliminando uma perceção subjetiva, por meio do distanciamento do observador, relativamente à investigação. Todavia, este entendimento não é consensual, pois manifestam-se opiniões opostas, que enfatizam o envolvimento relacional do investigador com o objeto de investigação, reconhecendo um papel mais construtivo do sujeito, ou seja, a existência de uma realidade subjetiva.

2.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA RECOLHA DE DADOS

Numa primeira fase, serão recolhidas as opiniões dos bibliotecários de todas as bibliotecas públicas dos 308 municípios, independentemente, de se encontrarem ou não integradas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, dos bibliotecários responsáveis pelos SABE sempre que existam, de todos os professores bibliotecários, bem como dos 45 coordenadores interconcelhios da Rede de Bibliotecas Escolares. Os dados serão recolhidos, por meio da aplicação de inquéritos elaborados com recurso a formulários eletrónicos, usando-se ao método quantitativo para as perguntas fechadas e ao método qualitativo para as perguntas abertas (Hill & Hill, 2016, p.94-95).

Antes da aplicação do inquérito por questionário definitivo, Hill e Hill (2016) recomendam a elaboração de um estudo preliminar, cuja finalidade é selecionar perguntas adequadas para se aplicarem na versão final do questionário a empregar, na investigação principal. Para se testarem, adequadamente, as variáveis do presente

estudo, proceder-se à sua especificação, antes de se realizar a recolha de dados. Deste modo, os inquéritos por questionário exigem uma planificação:

“Onde se aplica um questionário, a maioria das variáveis (frequentemente todas as variáveis) são estudadas a partir das perguntas do questionário, e portanto, os métodos de investigação incluem os tipos de pergunta usadas, os tipos de respostas associadas com estas perguntas e as escalas de medida dessas respostas.”

Hill e Hill, 2016, p.83

Desta forma, na fase de elaboração de um inquérito por questionário, deve-se começar pelas definições das variáveis abstratas “quais as perguntas a usar para medir as variáveis associadas, bem como “ Que tipo de resposta é o mais adequado para cada pergunta; que tipo de escala de medida está associado às respostas; que métodos são os corretos para analisar os dados.” (Hill & Hill, 2016, p.84).

No inquérito por questionário, que será aplicado aos bibliotecários das bibliotecas públicas e aos responsáveis pelo SABE, serão abordadas as seguintes questões: identificação da escola, apenas para procedimento interno (nome da biblioteca e concelho), ano de integração na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, se for a situação; existência ou não de SABE, ano da sua criação e, em caso afirmativo quem tomou a iniciativa da sua formação; periodicidade de reuniões conjuntas com o professor bibliotecário e respetiva planificação conjunta de atividades; vantagens, eventuais desvantagens e dificuldades colocadas à cooperação; existência de recursos humanos, físicos, técnicos e orçamentais adequados ao SABE, proveniência dos recursos financeiros envolvidos; a formação contínua dos profissionais da biblioteca pública; o grau de concordância do impacto do SABE, quanto às funções atribuídas pela Rede de Bibliotecas Escolares/acordos/contratos – programa (perguntas múltiplas), grau de realização das atividades de cooperação realizadas entre a biblioteca pública e a biblioteca escolar, de acordo com os documentos oficiais (perguntas múltiplas); perguntas abertas para questões não colocadas.

No que diz respeito ao inquérito por questionário dirigido aos professores bibliotecários das bibliotecas escolares, serão abordadas as seguintes questões:

identificação da escola, localidade, concelho e agrupamento, apenas para procedimento interno; níveis de ensino ministrados; ano de integração na Rede de Bibliotecas Escolares; existência ou não de SABE na biblioteca pública; vantagens, eventuais desvantagens e dificuldades colocadas à cooperação; periodicidade de reuniões conjuntas com o SABE e respetiva planificação conjunta de atividades; existência ou não de bibliotecas escolares em todas as escolas do agrupamento; critério da nomeação do professor bibliotecário (escala numérica); a formação do professor bibliotecário na área da Ciência da Informação e na vertente específica de bibliotecas escolares; existência de recursos humanos, físicos, técnicos e orçamentais adequados à biblioteca escolar: número de professores e de assistentes técnicos operacionais na equipa da biblioteca escolar e carga horária atribuída, bem como o nível de formação contínua; existência ou não de colaboradores oficiais/voluntários na equipa da biblioteca escolar; proveniência dos recursos financeiros envolvidos; periodicidade das atividades de cooperação realizadas entre a biblioteca escolar e a biblioteca pública (perguntas múltiplas); grau médio de cooperação da biblioteca escolar com a biblioteca pública (perguntas múltiplas); perguntas abertas para questões não colocadas.

Através do inquérito por questionário, pretende-se conhecer a identidade dos participantes, as instituições onde prestam serviço e que questões caracterizam o seu comportamento, motivos, opiniões face à cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares. Nesta sequência, selecionou-se um questionário de tipo exploratório, com o propósito de descrever a realidade a estudar e facultar pistas para o futuro (Coutinho, 2014).

O inquérito por questionário apresenta uma vantagem importante, que é “A possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação.” (Quivy & Van Campenhoudt, 1998, p.189). No entanto, os inquéritos por questionário, deparam-se com alguns limites: dificuldade na conceção das questões, a grande possibilidade da não resposta, a superficialidade das respostas ou a não devolução do inquérito (Quivy & Van Campenhoudt, 1998). De igual forma, os mesmos autores alertam para o “caráter relativamente frágil da credibilidade do dispositivo.” (Quivy & Van Campenhoudt, 1998, p.190)

Assim, os dois autores recomendam rigor na escolha da amostra, formação objetiva e inequívoca das questões, correspondência entre o universo de referência das questões e o universo de referência do inquirido e, por último uma postura de confiança, honestidade e credibilidade do inquiridor para o inquirido.

A segunda parte da investigação abordará dois estudos de casos múltiplos, em dois municípios determinados a partir da amostra de “duas extremidades” (Yin, 2015) e que se encontrem em pólos afastados, no que concerne à cooperação entre a biblioteca pública e a escolar com o intuito de completar e aprofundar a futura investigação.

Nesta segunda parte do estudo, os estudos de casos múltiplos, irão recorrer a entrevistas em profundidade e semiestruturadas aos bibliotecários das bibliotecas públicas, aos responsáveis pelo SABE, se os houver e, aos professores bibliotecários. O guião das entrevistas àqueles profissionais incluirá as seguintes perguntas: significado do conceito de cooperação; atividades cooperativas mais frequentemente desenvolvidas pelo SABE, caso exista; descrição de outras áreas possíveis de cooperação entre a biblioteca pública e a escolar; a inexistência de um SABE formalizado inviabiliza a cooperação entre a biblioteca municipal e a escolar? o impacto das tecnologias da informação e da comunicação na facilitação da cooperação; as vantagens da cooperação; eventuais desvantagens da cooperação; fatores impulsionadores e dificuldades colocadas à cooperação; o contributo da formação contínua do bibliotecário da biblioteca pública, dos seus profissionais e das equipas da biblioteca escolar para o desenvolvimento das atividades de cooperação; a justificação da existência de bibliotecas públicas e escolares dentro do mesmo município? Ou haverá lugar para uma biblioteca de “Uso Partilhado”? Este guião é preliminar, será adaptado consoante a categoria profissional dos entrevistados, sendo aplicado num estudo de caso -piloto no distrito de Évora.

As entrevistas constituirão uma fonte de evidências, sendo considerada uma fonte basilar em estudos de caso por Yin: “As entrevistas são uma fonte essencial de evidências do estudo de caso, porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou ações comportamentais.” (2015, p.117). Também, os eventos referentes a comportamentos devem ser entendidos, como relatos verbais, em que as “as respostas dos entrevistados

estão sujeitas aos problemas comuns da parcialidade, má lembrança e articulação pobre ou inexata.” (Yin, 2015, p.117).

Se o entrevistado sugerir outras pessoas para serem ouvidas ou outras fontes de evidência, o entrevistado assume o papel de “informante” e não apenas o de participante. De facto, as entrevistas permitem obter informação sempre que não seja possível alcançá-la pela “(...) observação ou para verificar (triangulação) observações. O objetivo é sempre o de explicar o seu comportamento no contexto natural em estudo.” (Coutinho, 2014, p. 300)

O estudo de caso, como método de pesquisa, de acordo com (Yin, 2015), recomenda uma revisão atenta da literatura e uma proposição pormenorizada e cuidadosa das questões ou fins da pesquisa. Em segundo lugar, o investigador terá de conhecer, em profundidade, os pontos fortes e ter em conta as limitações da pesquisa de estudo de caso, pois à semelhança das ciências naturais, também nas ciências sociais predominam diferentes métodos científicos, que respondem às suas diferentes necessidades e situações de investigação, de acordo com Yin (2015).

Iniciou-se este projeto de pesquisa de estudo de caso, a partir das componentes recomendadas pelo mesmo autor, que são nesta altura as questões do estudo de caso, as proposições e as unidades de análise. Para Yin (2015) a formulação de bons fins e objetivos é importante para generalizar os resultados de um estudo de caso para outras situações, de modo a elaborarem-se generalizações analíticas. A perspetiva analítica procura generalizar os resultados da investigação para outras situações concretas e não unicamente para a construção de teorias abstratas.

Os potenciais projetos de casos múltiplos, cuja modalidade se irá desenvolver na tese, não se diferencia da modalidade de estudo de caso único, segundo Yin (2015), no sentido em que ambos são variantes da mesma estrutura. O referido autor menciona, que os projetos de casos múltiplos compreendem vantagens e desvantagens distintas, comparativamente com os estudos de caso único. A seleção dos casos múltiplos permite uma visão similar à dos experimentos múltiplos, isto é a lógica da replicação, em vez da lógica da amostragem. Por isso, num estudo de dois casos “As conclusões analíticas (...)”

serão mais poderosas do que as provenientes de único caso (ou único experimento isolado.” (Yin, 2015, p.67)

Depois da formulação pergunta inicial de partida, segue-se o desenvolvimento do projeto de estudo de caso, que requer a elaboração de um protocolo (o instrumento, os procedimentos e as regras gerais reguladoras da recolha de dados). Deste modo, terá de se solicitar autorização, por escrito, ao diretor da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, aos presidentes das câmaras municipais e à coordenadora nacional da Rede de Bibliotecas Escolares para que se aplicar inquéritos por questionário e entrevistas aos profissionais, que se encontram sob a sua tutela. A comunicação escrita deve ser acompanhada por uma credencial do curso de Doutoramento em Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Após a obtenção da autorização pelas entidades requeridas, segue-se a solicitaçãõ, por escrito aos diretores de agrupamentos de escolas.

A preparação final para a tarefa de recolha de dados implica a realização de um estudo de caso – piloto, que se irá desenvolver, no distrito de Évora. Este instrumento irá ajudar a elaboração da tese, no momento em que se aperfeiçoam os planos de recolha de dados, no se refere ao seu conteúdo e aos procedimentos, que deverão ser prosseguidos. Deste modo, Yin (2015) faz ressaltar, que o caso – piloto “é mais formativo, ajudando [o investigador] a desenvolver as linhas relevantes de questões – fornecendo até esclarecimentos conceituais para o projeto de pesquisa.” (p.100).

No decurso da investigação, Yin (2015), distingue as seguintes fontes de evidências: documentos - registos em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos. Para além dessas fontes, o mesmo autor coloca um enfoque particular em alguns princípios, que são importantes na altura da recolha de dados considerados predominantes, porque ampliarão a qualidade do estudo de caso: a criação de um banco de dados do estudo de caso; a manutenção de um encadeamento de evidências; a precaução no uso de dados contidos em fontes eletrónicas de evidência e dos meios de comunicação social. Uma visão geral destas seis fontes de evidências obriga a ter em conta os seus pontos fortes e as fragilidades, comparativamente, já que “(...) nenhuma

fonte única tem uma vantagem completa sobre todas as outras. Na realidade, as várias fontes são altamente complementares.” (Yin, 2015, p.109)

Deste modo, na segunda parte da investigação, propõe-se utilizar a documentação, nomeadamente, cartas, memorandos, correspondência eletrónica e outros documentos; programas e cartazes, anúncios, minutas de reuniões e relatórios escritos sobre a cooperação entre a biblioteca pública e a escolar; documentos administrativos, tais como propostas, relatórios de aperfeiçoamento e outros documentos internos, se for permitido o acesso; estudos formais ou avaliações formais do caso em estudo; recortes de notícias e outros artigos que são publicados nos meios de comunicação social. Os documentos não devem ser aceites como registos literais, sem a sua validação.

Os registos em arquivo incluem os arquivos e os registos armazenados em computadores, mas Yin (2015) alerta para o facto de que tem de se tomar cuidado com os registos quantitativos, pois nem sempre demonstram exatidão. Na fase de elaboração da tese, dar-se-á uma atenção particular aos sítios Web das bibliotecas públicas e escolares e aos portais das redes concelhias de bibliotecas.

Nesta segunda parte do trabalho, as entrevistas serão completadas com a proposta de utilização da observação não participante ou externa, na medida em que o investigador observa o estudo, mas não participa nele, em que serão desenvolvidas notas de campo, de natureza descritiva e reflexiva, no âmbito do método qualitativo (Coutinho, 2014).

2.5. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

No decurso da investigação científica, torna-se essencial respeitar as normas éticas, em conformidade com Denscombe (2007), Pickhard (2007) e Gorman e Clayton (citados in Alvim, 2015, p. 46). Deste modo, tem de se ter em conta os princípios de respeito para com os participantes no estudo, da privacidade, da confidencialidade, do anonimato, da manutenção da segurança dos dados e do esclarecimento aos intervenientes da investigação (Lawal, 2009 & Flick, 2010, citados in Alvim, pp. 46-47).

A temática da ética na investigação com sujeitos humanos é sublinhada por Bogdan e Biklen (1994) com duas orientações principais:

“O consentimento informado e a proteção dos sujeitos contra qualquer espécie de danos. Tais normas tentam assegurar o seguinte: os sujeitos aderem voluntariamente aos projetos de investigação, cientes da natureza do estudo e dos perigos e obrigações neles envolvidos; os sujeitos não são expostos a riscos superiores aos ganhos que possam advir.”

p. 75

No que concerne aos inquiridos por questionário, será respeitado o princípio da confidencialidade, em que os nomes dos inquiridos individuais e dos entrevistados não serão identificados no decurso da elaboração da tese. Os inquiridos e os entrevistados serão contactados, via telefone ou pelo correio eletrónico, com o propósito de os motivar para a participação no presente estudo. No caso das entrevistas, colocam-se as questões éticas relacionadas com o uso do gravador (Yin, 2015).

3 O TRABALHO ATUAL E OS RESULTADOS PRELIMINARES

Antes do início deste projeto de tese, foi realizada a revisão da literatura produzida em Portugal e no estrangeiro. Deu-se uma atenção particular à literatura científica escrita, nos anos recentes, pela Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e pela Rede de Bibliotecas Escolares, com destaque para a sua Newsletter em linha, bem como para outros autores nacionais e estrangeiros e ainda a alguns repositórios.

Tanto na literatura portuguesa, como na internacional, há a necessidade de aprofundar a revisão, sobretudo em autores estrangeiros mais avançados, de ponta, em repositórios e em bases de dados. No caso da literatura estrangeira, torna-se imperativo estudar, em profundidade, investigadores catalães, franceses, ingleses, norte-americanos, canadianos e australianos, bem como de outros países, que venham a mostrar acuidade para a futura investigação.

No que diz respeito à literatura mais específica, foi realizada uma aproximação ao estudo dos métodos com um destaque especial para a investigação qualitativa e para a pesquisa em projetos de estudo de caso. À semelhança do que foi referido, também se mostra imprescindível melhorar a revisão da literatura referente ao estudo dos métodos, nomeadamente os métodos qualitativos, estudos de caso e considerações éticas. De igual modo, há que melhorar o estudo sobre a construção de instrumentos e técnicas de recolha de dados, conhecer as vantagens e as desvantagens dos instrumentos selecionados, bem como o tratamento dos dados recolhidos.

Os resultados preliminares obtidos pela revisão da literatura são consensuais, no que se refere às vantagens da cooperação entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas, nos domínios da aquisição de competências leitoras e do seu impacto no sucesso escolares dos alunos, entre outras habilidades, que convergem para a formação dos futuros utilizadores da biblioteca pública e para a aprendizagem ao longo da vida, que cabe à biblioteca escolar. A literatura revista reconhece a existência de obstáculos à cooperação, embora quase omita eventuais desvantagens.

No caso de Portugal, o SABE e os portais/redes concelhias de bibliotecas e os acordos de cooperação/contratos-programa são amplamente discutidos, observando-se

uma unanimidade geral, quanto à evidência de compromissos formais, que vinculam todos os parceiros integrados, na mesma comunidade. Resta saber se o corpo teórico produzido pelas vantagens da cooperação corresponde, de facto, a atividades, a práticas reais das bibliotecas públicas e das bibliotecas escolares.

4 PLANO DE TRABALHO E IMPLICAÇÕES

Com este capítulo, apresenta-se a proposta do plano de trabalho, que se irá desenvolver-se durante a elaboração do projeto de doutoramento, que se sintetiza nas seguintes etapas:

- Aprofundamento da revisão da literatura;
- Produção e teste do questionário, do guião de entrevista, do guião de entrevista e observação não participante;
- Elaboração do protocolo;
- Aplicação dos testes de questionário, guião de entrevista e observação não participante;
- Elaboração de um artigo a apresentar a uma revista científica;
- Análise de dados;
- Elaboração do caso-piloto;
- Elaboração do estudo de caso;
- Aplicação dos instrumentos dos estudos de caso (entrevista, observação não participante);
- Trabalho de campo para o estudo de caso;
- Análise dos dados do estudo de caso;
- Elaboração de um artigo a apresentar a uma revista científica;
- Produção e submissão da tese final.

No intuito de proporcionar uma melhor visualização da proposta do plano de trabalho, apresenta-se na página seguinte uma tabela com o cronograma das atividades a realizar.

CRONOGRAMA

	2º Ano Ano letivo 2017/2018		3º Ano Ano letivo 2018/2019		4º Ano Ano letivo 2019/2020		5º Ano Ano letivo 2020/2021	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Conclusão (provisória) da revisão da literatura								
Apresentação do Projeto de Tese								
Aprofundamento da revisão da literatura								
Produção e teste do questionário								
Produção do guião de entrevista								
Elaboração do protocolo								
Aplicação dos testes de questionário, guião de entrevista								
Elaboração de um artigo a apresentar a uma revista científica								
Análise de dados								
Elaboração do caso - piloto								
Elaboração do estudo de caso								
Aplicação dos instrumentos dos estudos de caso (entrevista, observação não participante)								
Trabalho de campo para o estudo de caso								
Análise dos dados do estudo de caso								
Elaboração de um artigo a apresentar a uma revista científica								
Produção e submissão da tese final								

CONCLUSÕES

Nas últimas três décadas, graças à ação do ministério da cultura, em articulação, com os municípios e do ministério da educação com as escolas, as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares começaram a prestar novos serviços e mais diversificados. As bibliotecas públicas recuperaram um forte atraso em relação ao resto da Europa. Conquistaram mais utilizadores, mais diferenciados e mais exigentes, servindo o aumento da escolaridade dos portugueses.

A sociedade da informação e do conhecimento mudou o paradigma da educação, que no presente é vista, como um processo global e contínuo, a ponto de acontecer em qualquer lugar e em qualquer momento. As bibliotecas ocupam um lugar privilegiado para se aprender, quer do ponto de vista curricular, quer ao longo da vida.

Numa época em que persistem restrições orçamentais, a cooperação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares pode justificar a sua sustentabilidade se conseguirem gerar perspectivas de futuro. Investir na cooperação significa rentabilizar todos os recursos, planificar e trabalhar para que as bibliotecas escolares formem utilizadores, que saibam aceder à informação e construir conhecimento em qualquer parte do mundo. Que formem os futuros utilizadores das bibliotecas públicas, capazes de aprenderem ao longo da vida.

Tendo em conta que o SABE pode ser um parceiro essencial para as bibliotecas escolares, pretendem-se obter propostas, que afirmem os modos de desenvolvimento da cooperação, as limitações e os obstáculos enfrentados, as vantagens e os resultados conseguidos. Subjacente à presente tese, deverá elaborar-se uma proposta de um modelo de cooperação que responda às limitações e dificuldades encontradas e possa ser uma ferramenta para ajudar a ultrapassar essas limitações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia das Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Verbo.
- Afonso, João, Silva, Manuela (2009). Candidaturas: 13 anos a construir bibliotecas. *Newsletter RBE*, (5), s.n. Retrieved from
<http://www.rbe.mec.pt/newsletter/np4/?newsId=533&fileName=candidaturas.pdf>
- Alasne, Martin (2004). Las redes de bibliotecas publicas e su automatización. Retrieved from
<http://cienciaredesinfo.blogspot.pt/2009/05/las-redes-de-bibliotecas-publicas-y-su.html>
- Almeida, Maria da Soledade Alves Vaz de (2015). *Papel e dinâmica dos portaisconcelhios: A ponta do iceberg*. (Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Lisboa). Retrieved from
<https://repositorioaberto.uab.pt/browse?type=author&value=Almeida%2C+Maria+da+Soledade+Alves+Vaz+de>
- Alvim, Maria Luísa Melo e (2015). *A missão social da biblioteca pública: Uma visão das bibliotecas públicas portuguesas a partir do Facebook*. (Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora). Retrieved from
https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/18337/1/TeseDIGITAL_6fevfinal.LuisaAlvim.pdf
- Amado, João (coord.). (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amândio, Maria José (2015). Redes de cooperação e conhecimento: Cooperação e interoperabilidade. In *Atas do 12.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Retrieved from
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/471>
- Aragon, Cláudia (2017). *Gestão de redes de cooperação entre bibliotecas: Uma análise dos casos REDARTE/RJ e CBIES/RJ*. (Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro). Retrieved from
https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18508/Cláudia_Aragon_Gestão%20de%20Redes%20de%20Cooperação%20entre%20Bibliotecas_Dissertação%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Araújo, Helena (2014). *Biblioteca escolar e trabalho colaborativo*. Lisboa, RBE. Retrieved from
<http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1286/bibliotecarbe6.pdf>
- Araújo, Helena (2009). Redes locais de bibliotecas: Construção de parcerias. *Newsletter RBE*, (5), s.n. Retrieved from

- http://www.rbe.mec.pt/newsletter/np4/?newsId=527&fileName=redes_locais1.pdf
- Baró, Mònica, Raga, Pau (2012). Les biblioteques escolars a Catalunya. *Anuari de l' Observatori de Biblioteques, Llibres i Lectura*, (2), pp.112-128. Retrieved from <http://www.raco.cat/index.php/AnuariObservatori/article/view/262078/349260>
- Bell, Judith (2010). *Com realizar um projecto de investigação: Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (5a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R., Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brites, Cláudia, Silva, Vera. Bibliotecas escolares: Um projecto a (a)creditar. In *Atas do 9º. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Retrieved from <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/561>
- Brown, Tricia L. (2015). *School libraries and public libraries: Collaboration to improve student academic success*. (Master's thesis, University of Central Missouri). Retrieved from https://centralspace.ucmo.edu/bitstream/handle/123456789/397/Brown_LIBRARY.pdf?sequence=1
- Bundy, Alan (2012). Better, more accessible libraries for all in Australia: Progress and potential. *Australasian Public Libraries and Information Services*, (25), 3, p.138. Retrieved from <https://www.questia.com/library/journal/1G1-302899249/better-more-ccessible-libraries-for-all-in-australia>
- Calçada, Maria Teresa (2008a). Bibliotecas escolares, bibliotecas públicas: Parceria ou partilha?". In *8º. Encontro Luso-Espanhol de Bibliotecários*. Retrieved from <http://rcbp.dglb.pt/pt/noticias/Pginas%20de%20Arquivo/EncontroLusoEspanholdeBibliotecasP%C3%BAblicas.aspx>.
- Calçada, Maria Teresa (2008b). Comunicação (pp.87-92). In *Atas do Seminário 20 anos de leitores e bibliotecas* realizado a 30 de novembro de 2007 na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal de Póvoa de Varzim.
- Calixto, José António. (1994) Biblioteca pública versus biblioteca escolar: Uma proposta de mudança. *Cadernos BAD*, (3), pp.57-67.
- Calixto, José António (2005). As bibliotecas públicas portuguesas: Transformações, oportunidades e desafios. *Páginas Arquivos e Bibliotecas: a & b*, (16), pp.61-88.
- Calixto, José António (2008). Comunicação (pp.73-80). In *Atas do Seminário 20 anos de leitores e bibliotecas* realizado a 30 de novembro de 2007 na Biblioteca Municipal Rocha Peixoto. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal de Póvoa de Varzim.

- Calixto, José António (2006). *O papel educacional das bibliotecas públicas em Portugal*. Retrieved from <http://www.goethe.de/ins/pt/lis/prj/iek/umf/por/ptindex.htm>.
- Calixto José António (1996). SABE, o que é?: Um estudo comparativo da relação entre as bibliotecas públicas e escolares em Portugal e no Reino Unido (pp. 125-133). In *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Caminho.
- Câmara Municipal de Moura (2018). Rede de Bibliotecas do Concelho de Moura. Retrieved from <http://moura.bibliopolis.info/>
- Canário, Rui (1998) *Desenvolvimento de bibliotecas escolares e formação contínua de professores*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Cidades, Olga (2007). Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares da Biblioteca Municipal de Palmela: Experiência na área da formação. *Newsletter RBE*, (2), s.n. Retrieved from http://www.rbe.mec.pt/news/newsletter2/newsleter_n2_ficheiros/page0009.htm.4
- Conde, Elsa (2010). Cooperação bibliotecas escolares/bibliotecas municipais: Que desafios? *Newsletter RBE*, (6), s.n. Retrieved from <http://www.rbe.mec.pt/newsletter/np4/844.html1>
- Cortês, José Manuel (2012). Intervenção. In *XIII Encontro da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*. Retrieved from <http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Paginas/default.aspx>.
- Coutinho, Clara Pereira (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2a ed.). Almedina: Coimbra.
- Das, Lourense H. (2008). Bibliotecas escolares no século XXI: À procura de um caminho. *Newsletter RBE*, (3), s. n. Retrieved from http://www.rbe.min-edu.pt/news/newsletter3/bib_sec_21.pdf
- Dicionário Priberam da língua portuguesa. Retrieved from <https://www.priberam.pt/dlpo/>
- Duque, Helena (2009). Redes locais de bibliotecas: Construção de parcerias. *Newsletter RBE*, (5), s.n. Retrieved from <http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter/np4/527.html1>
- Fitzgibbons, S.A. (2000). *School and public relationships: Essential ingredients in implementing educational reforms and improving student learning*. Retrieved from http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol3/SLMR_SchoolPublicLibRelationships_V3.pdf

- Freitas, Maria Cristina V. de (2013). Investigação qualitativa: Contributos para a sua melhor compreensão e condução. *Indagatio Didactica*, 5 (2), pp.1080-1101.
- Fróis, Margarida Custódio (2012). Rede de Bibliotecas do Concelho de Arganil: Com finos fios se constroem redes. In *XIII Encontro de Bibliotecários da Rede de Leitura Pública*. Retrieved from rcbp.dglib.pt/pt/etc/.../13EncontroRNBPApMargaridaFrois.pdf.
- Gaspar, Carla Sofia Justino (2011). *Cooperação Biblioteca Pública/Biblioteca Escolar: Modos de operacionalização e resultados* (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras, Departamento de Letras, Covilhã). Retrieved from <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2031>
- Gomes, Pedro Rafael Neto (2010). *A Biblioteca Escolar: Uma rede de aprendizagens: O papel das parcerias*. (Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior, Faculdade de Artes e Letras, Departamento de Letras, Covilhã). Retrieved from <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/3383>
- Guerreiro, Ana Filipa (2010). *Cooperação inter-bibliotecária: Estudo nas bibliotecas públicas do Baixo Alentejo*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Évora). Tese cedida pela autora.
- Guerreiro, Ana Filipa, Calixto, José António (2010). Práticas cooperativas nas Bibliotecas Públicas do Baixo Alentejo. In *Atas do 10.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Retrieved from <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/172>
- Haycock, Ken (2001). *Building the 21st century library schools and public libraries working together*. Retrieved from https://web.stanford.edu/dept/SUL/library/institute21/programs/workshop/facilities/schools_handout.pdf
- Haycock, Ken (2006). Dual use libraries: Guidelines for success. In *Dual-use libraries*. Sarah McNicol (54), pp. 488-500. Retrieved from <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/3649>
- Hill, Manuela Magalhães, Hill, Andrew (2016). *Investigação por questionário* (2^a ed. rev. e cor.). Lisboa: Edições Sílabo.
- IFLA/UNESCO (2000). Manifesto da biblioteca escolar: A biblioteca escolar no ensino – aprendizagem para todos. *Liberpolis: Revista das bibliotecas públicas*, (3), pp.98-100.
- Johnstone, Laurelle (2011). *Joint-use libraries: A planning checklist*. Retrieved from http://plconnect.slq.qld.gov.au/data/assets/pdf_file/0003/191433/SLO_Joint_Use_Checklist_20110504.pdf

- Leal, Filipe (2015). Consolidar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. In *Atas do 12.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Retrieved from
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1296>
- Leal, Filipe (2012). Que futuro? para as bibliotecas públicas portuguesas. In *XIII Encontro de Bibliotecários da Rede de Leitura Pública*. Retrieved from
<http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Paginas/13EncontroRNBPA.aspx>.
- Leal, Filipe (2015). Transformar as bibliotecas municipais portuguesas. In *Atas do 12.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Retrieved from
https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1432/pdf_1_1
- Lessard- Hébert, Michelle, Goyette, Gabriel, Boutin, Gérald (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mañá Terré, Teresa, Baró Llambias, Mònica (2005). La colaboración de bibliotecas públicas y escolares? Relación, cooperación o integración? *Revista de Educación*, (n.º extraordinário), Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, pp. 325-337.
- Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas (1999). Retrieved from
<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>
- Marçal, Ana Sofia (2013). Biblioteca Municipal da Sertã: Bibliotecas escolares: Uma colaboração efetiva. *Newsletter RBE*, (8), p.18. Retrieved from
http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=942&fileName=newsletter8_rbe.pdf
- Meirinhos, Manuel, Osório, António (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de educação*, 2 (2), pp. 49-65. Retrieved from
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/3961>
- Merlo Vega, José Antonio (1998). La cooperación bibliotecaria en tiempos de internet. *Anuario SOCADI*, pp. 245-254. Retrieved from
<http://exlibris.usal.es/merlo/escritos/pdf/coopera.pdf>
- Ministério da Educação e Município de Faro (2011). Acordo n.º 79/2001: Acordo de cooperação: Programa da Rede de Bibliotecas Escolares. *Diário da República*, 44 (2.ª série), 4 mar., pp.10661-10663.
- Morse, Janice M. (2007). *Aspectos essenciais de metodologia de investigação qualitativa: Edição portuguesa*. Coimbra: Formasau..
- Moura, Maria José, Silva, Gabriela Lopes da, Figueiredo, Fernanda Eunice, Rodrigues Eloy & Casteleiro, Rui (1996). *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Retrieved from

http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16_RelatorioRNP96.pdf

Portaria n.º 756/2009 de 14 de julho. *Diário da República*, 134 (1.ª série), pp. 4488-4491
Lisboa, Ministério da Educação.

Proença, João Paulo Silva, Conde, Elsa, Santa-Clara, Teresa, Mendinhos, Isabel & Filipe, Maria João (2015). Bibliotecas escolares: Perspetivas de futuro. *In Atas do 12.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Retrieved from

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1332>

Programa Rede de Bibliotecas Escolares. Gabinete das Bibliotecas Escolares (2017). *Listas de escolas integradas no programa Rede de Bibliotecas Escolares, ordenadas por direção de serviços regional*. Retrieved from

<http://www.rbe.min-edu.pt/np4/578.html>

Programa Rede de Bibliotecas Escolares (2013). *Quadro estratégico: 2014-2020*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência. Retrieved from

http://www.rbe.mec.pt/np4/conteudos/np4/?newsId=1048&fileName=978_972_742_366_8.pdf

Quivy, Raymond, Van Campenhoudt, Luc (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2a ed.). Lisboa: Gradiva.

Rede de Bibliotecas do Concelho de Arganil (2017). *Reunião do Grupo de Trabalho: Análise do trabalho desenvolvido 2016/2017: Plano anual de atividades conjunto*. Retrieved from

<https://bibliotecas.cm-arganil.pt/wp-content/uploads/2018/01/relatorio-sabe.pdf>

Rede de Bibliotecas Escolares de Lisboa (2013). Rede de Bibliotecas Escolares de Lisboa: Nós acreditamos. *Newsletter RBE*, (8), p.17. Retrieved from

http://www.rbe.min-edu.pt/np4/np4/?newsId=942&fileName=newsletter8_rbe.pdf

Todd, Ross (2011). *O que queremos para o futuro das bibliotecas escolares*. Lisboa: RBE. Retrieved from

http://www.rbe.mec.pt/np4/file/396/01_bibliotecarbe.pdf

Veiga, Isabel, Barroso, Cristina Calixto, José António, Calçada, Teresa & Gaspar, Teresa (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Ministério da Educação.

Yarrow, Alexandra, Clubb, Barbara & Jennifer-Lynn, Draper (2008). *Public libraries, archives and museums: Trends in collaboration and cooperation*. The Hague: IFLA. Retrieved from

<https://www.ifla.org/publications/ifla-professional-reports-108>

Yin, Robert K. (2015). *Estudos de caso: Planejamento e métodos* (5a ed.). Porto Alegre: Bookman.